

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM ONZE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE** -----

----- **ATA NÚMERO QUARENTA E OITO** -----

----- No dia onze de novembro de dois mil e catorze, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto, trigésimo sétimo e quadragésimo segundo do seu Regimento, reuniu em Sessão Extraordinária na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, para a realização da sessão de ***“Perguntas à Câmara Municipal”***, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão e pelo Excelentíssimo Senhor Vasco André Morgado, respetivamente Primeiro Secretário e Segundo Secretário em exercício. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel de Freitas Arruda, António Modesto Fernandes Navarro, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Deolinda Carvalho Machado, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel D’Eça Braamcamp, Fernando José da Silva e Nunes da Silva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Diogo Santos Moura, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, João Luís Valente Pires, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Maria Moura Alves da Silva de Almeida Saavedra, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da

Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Isabel Cristina Rua Pires, Nelson Pinto Antunes, Maria Cândida Cavaleiro Madeira, João Ricardo Vasconcelos, António José do Amaral Ferreira de Lemos, Patrícia Caetano Barata, Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes, Margarida de Morais e Manuel de Oliveira Duarte. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, à *contrário sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Augusto Miguel Gama (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Cândida Cavaleiro Madeira. -----

----- Maria Elisa Madureira (PS), Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França, por um dia, tendo sido substituída por Manuel de Oliveira Duarte. -----

----- Davide Amado (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, por um dia, tendo sido substituído por Margarida de Morais. -----

----- Carlos de Apoím Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patrícia Caetano Barata. -----

----- Tiago Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes. -----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Lúcia Gomes. -----

----- Mariana Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Vasconcelos. -----

----- Miguel Afonso da Silva Ribeiro Reis (BE), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Isabel Pires.-----

----- Maria Luísa Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Ferreira de Lemos. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho.-----

----- A Mesa, reunida para o efeito em seis de novembro de 2014, deliberou por unanimidade considerar como justificadas as faltas dadas à 46ª Reunião da AML (27ª sessão extraordinária) pelos seguintes Deputados Municipais: André Moz Caldas, Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade; Tiago Albuquerque Teixeira; João Ricardo Vasconcelos. -----

----- A Mesa, reunida para o efeito em onze de novembro de 2014, deliberou por unanimidade considerar como justificadas as faltas dadas à 47ª Reunião da AML (28ª sessão extraordinária) pelos seguintes Deputados Municipais: Davide Amado, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara; Hugo Lobo. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores: Fernando Medina, Manuel Salgado, Paula Marques, Duarte Cordeiro, Jorge Máximo, João Afonso, Sá Fernandes, Catarina Vaz Pinto e Carlos Castro. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Fernando Seara, António Prôa, João Gonçalves Pereira, Carlos Moura e Paulo Quaresma-----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente** declarou aberta a reunião. -----

----- Seguidamente referiu que: -----

----- Explicar aos Senhores Deputados Municipais uma questão prática mas que é relevante. Vão passar a ter e o público também, ao lado dos púlpitos no palco, dois monitores que têm relógios. Quando estiverem a usar da palavra, se quiserem saber o vosso tempo, se está próximo do fim ou não, podem olhar para o relógio do respetivo grupo municipal. -----

----- Vamos dar a palavra à primeira pessoa inscrita, a Doutora Margarida Oliveira Vale de Gato, que já cá esteve e quis voltar à nossa presença. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **A Senhora Margarida Gato**, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Queria só aqui fazer uma retificação, eu de facto nunca pude vir aqui a uma Assembleia Municipal falar sobre este caso, embora tenha redigido uma carta aberta à Vereação da Cultura, assim que houve conhecimento do caso da biblioteca da Penha de França através da comunicação social. Uma das razões por que nunca me inscrevi nesta Assembleia Municipal, era também porque não sou efetivamente munícipe de Lisboa, nem freguesa da Penha de França e não sabia até que ponto podia vir aqui falar, experimentei hoje e consegui. Não tendo nenhum destes estatutos, sou, no entanto, trabalhadora em Lisboa e uso a biblioteca da Penha de França, que segundo os estatutos de qualquer biblioteca pública da Unesco, é uma biblioteca que deve acolher leitores e leitoras de todas as nacionalidades, sem discriminação de raça, sexo, etc.-- -----

----- Sou também uma das peticionárias da 5ª petição, assinada por mil peticionários ou mais, ou seja, novecentos e três *online* e duzentos e setenta e dois em papel e venho falar do defraudamento que os peticionários sentem, relativamente à petição nº5 e às duas vezes em que esta petição foi apreciada neste plenário, a 25 de Junho e a 3 de Novembro. -----

----- Estes peticionários fizeram a petição nº5, apresentaram repetidos documentos e protestos informados, pediram por sua vez documentação que não lhes foi fornecida, inclusive um dado fundamental nesta questão, que era o orçamento de toda a mudança da biblioteca e da junta, deslocaram-se e deslocam-se a estas instalações, reiterada e graciosamente.-----

----- Na Assembleia Municipal de 25 de junho viemos falar ao plenário, sem termos sido auscultados em Sede de Comissão, pela petição que apresentámos. -----

----- A Dra. Simonetta pediu uma declaração de honra. -----

----- Os peticionários não foram chamados, porque sabiam demasiado sobre o assunto!

----- Pareceu-me estranho sobretudo porque o mesmo argumento não terá impedido que fosse chamada a acompanhar a comissão a Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França, que era a principal interessada da parte contrária. -----

----- Foi uma questão de metodologia, disseram-nos. E nós aguardámos. E ainda mais nos disseram, que aquele parecer era intermédio. -----

----- Nessa Assembleia de 25 de junho disse aqui o PAN, o representante do PAN, que não se sentia em consciência para votar por não ter todos os elementos e que ficassem os peticionários descansados, pois nada daquela Assembleia seria definitivo. -----

----- Disse a Arq. Helena Roseta, Presidente da Mesa, e eu estive a ouvir as Assembleias, portanto estou a citar, “que o processo não fica encerrado hoje”, invocando aliás a dificuldade em pronunciar-se do elemento do PAN, a quem, pasme-se, na reunião de 3 de Novembro, a Arq. Helena Roseta disse preto no branco, que uma vez não haver nada no relatório da 7ª Comissão para deliberar ou recomendar, não teria lugar nova votação do parecer, considerado a 25 de Junho intermédio. -----

----- Num ápice passou o intermédio a definitivo, e afinal, não mudou nada os peticionários terem sido ouvidos finalmente a 25 de Setembro, três dias antes da redação do relatório final, que não teve lugar a votação, sendo que esse relatório também não teve em conta a documentação, as sugestões e todas as dúvidas levantadas pelos peticionários, com a audição da BAD, Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, sobre o programa funcional da biblioteca a transferir. -----

----- Por último, foi aqui dito que de qualquer forma a Assembleia não tem poder decisório, a decisão é da Câmara, e então, paciência? Perguntamos nós. Profundamente agastados e burocraticamente encurralados. -----

----- A que órgão podem recorrer os peticionários? E de que forma podem pedir para ser, por uma vez, colocada à votação a questão da transferência da Biblioteca da Penha de França e só essa questão. -----

----- E que por uma vez se discuta o essencial que os Senhores andam a evitar há oito meses! -----

----- Com que legitimidade se transfere uma biblioteca municipal e pública, sem consulta nem inquérito prévio a partidos ou cidadãos, sem parecer prévio da tutela da vereação da cultura? -----

----- Com que legitimidade os interesses da junta de freguesia, passam pura e simplesmente, por cima de uma biblioteca pública? -----

----- Queremos, para mais existe uma solução mais razoável e menos dispendiosa para a Junta de Freguesia da Penha de França. Esta solução, como já aqui foi dito, passa por deslocar a junta para o espaço que se pensa possível para a nova biblioteca, e ainda, para outro espaço que já foi pedido pela junta à Câmara Municipal e que fica ao lado, na Rua Francisco Pedro Curado. -----

----- Eu queria só aqui fazer uma pequena nota, não podia deixar de o fazer. É assim, nós somos peticionários, somos mil, não somos peticionárias, fomos acompanhadas por duas advogadas e não dois advogados. Houve aqui um erro repetido de linguagem

na última Assembleia, do qual eu posso fornecer uma análise de discurso, sei que não foi intencional, mas de qualquer forma gostaria que não se repetisse.”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Está registado o lapso e vamos passar ao próximo orador inscrito.”-----

----- **O Senhor Júlio ■■■■ Piscarreta,** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Como membro peticionário contra o encerramento/deslocalização da Biblioteca da Penha de França vínhamos pedir, mais uma vez, o parecer justificativo deste encerramento, que até à presente data não nos foi entregue.-----

----- Solicitamos igualmente a indicação dos valores dos orçamentos das obras de adaptação da Junta de Freguesia da Penha de França, das obras de adaptação das futuras instalações e do custo da transferência do património da biblioteca, que até agora não nos foi dado a conhecer.-----

----- Acho que é importante passar a ler e recordar a todos a definição de biblioteca pública, segundo o manifesto IFLA/Unesco, “A liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos, são valores humanos fundamentais. Só serão atingidos quando os cidadãos estiverem na posse de informação, que lhes permite exercer os seus direitos democráticos e ter um papel ativo na sociedade.-----

----- A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória, como do acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação, mais, os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social.”-----

----- Daqui depreendo que a biblioteca pública pertence a todos.-----

----- Lembro-me da alegria que senti quando um amigo estrangeiro me disse, que o cartão que teve mais facilidade de tirar em Portugal foi o das BLX. Estava então longe de imaginar que houvesse um executivo camarário ou de freguesia, que pudesse unilateralmente decidir retirar aos leitores o espaço onde deveriam ganhar as ferramentas para a participação democrática, que pelos vistos ou pelo menos neste caso foi apenas uma fachada, que tão depressa se pôs como tirou!”-----

----- **O Senhor Luís ■■■■ Paisana,** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Em nome da Associação de Moradores do Bairro Alto, que engloba todos os moradores da Freguesia da Misericórdia e a pedido de queixosos, que fizeram um abaixo-assinado, entretanto entregue ao Senhor Presidente da Câmara, sobre o estabelecimento PARK, que é um estabelecimento que fica no alto do silo da EMEL na Calçada do Combro nº57, que foi inaugurado ou abriu em julho de 2013 e tem causado desde essa altura problemas graves aos moradores.-----

----- Este abaixo-assinado tem algumas dezenas de assinaturas e levanta as seguintes questões.-----

----- Primeiro, o ruído que ultrapassa regularmente os níveis permitidos legalmente. É um barulho ensurdecador, sobretudo obviamente no verão.-----

----- Problemas frequentes de tráfego em todas as ruas adjacentes, provocando engarrafamentos e consequentes manifestações dos clientes-condutores e transportes públicos, nomeadamente elétricos, que se manifestam através dos respetivos

dispositivos sonoros. Portanto, além do barulho do bar há o barulho do trânsito, há o caos de trânsito. -----

----- A devassa da vida privada de alguns moradores vizinhos do estabelecimento, porque lá de cima do alto do bar apanham-se as casas, e, portanto, as pessoas são devassadas.-----

----- Aumento dos problemas de ordem pública nomeadamente assaltos, tráfico de drogas, consumo na via pública, devido à aglomeração de jovens que muitos frequentam o bar. -----

----- Os moradores que são afetados no seu direito ao descanso e privacidade e após diligências entretanto efetuadas pela Junta de Freguesia da Misericórdia, convocando uma reunião, em que esteve presente a Presidente, o vogal para os assuntos económicos, a associação de moradores, os moradores queixosos diretamente afetados e os proprietários. É um aspeto positivo que eles estão abertos ao diálogo. -----

----- A reunião que não foi conclusiva e que terminou com uma visita ao espaço. É preocupante o discurso dos proprietários que se dizem abertos ao diálogo, como eu falei, e que já tomaram medidas, instalação de limitadores de som, barreiras, etc., que não resolvem, de todo, o problema do som, a situação continua a ser sentida pelos moradores, sobretudo aos fins de semana. -----

----- É preocupante o espaço no topo do edifício que é da responsabilidade da EMEL, e não do parque e que é de acesso livre, permite o consumo de álcool e outro tipo de comportamentos lesivos dos direitos dos moradores. -----

----- Em termos práticos, quem não entra no estabelecimento PARK sobe àquele espaço, leva bebidas de casa, ou compra nas lojas de conveniência e fica ali a beber e a fazer barulho, incomodando de outra forma os moradores. -----

----- É preocupante e não entendemos, como é que foi dada a autorização de horário a este estabelecimento, até às quatro da manhã. Apesar de os proprietários dizerem que normalmente, depois as duas e meia encerram. -----

----- Deste modo, os moradores continuam afetados pelos problemas atrás mencionados e a AMBA irá continuar a:-----

----- Primeiro, a sensibilizar os proprietários a respeitarem os direitos dos moradores da zona, no local em que o som não é fundamental para o seu negócio. -----

----- Constatámos que de facto com a vista que têm para o Cristo-Rei e para o Tejo, o espaço bastante agradável que têm, não entendemos porque é que é necessário um som tão alto, para poderem continuar o seu negócio.-----

----- Segundo, continuar a recolher assinaturas de moradores e entregar novo abaixo-assinado ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, se assim o justificar.-----

----- Exigir à EMEL que o terraço de acesso público seja controlado e que não seja permitida a permanência de pessoas neste local. -----

----- Exigir à Câmara Municipal de Lisboa que tome medidas concretas sobre os problemas existentes.-----

----- Por último apresentar queixas individuais ou em grupo e pedidos de medições à CML, em situações que o justifiquem. -----

----- Face a esta situação gostaríamos de deixar aqui um documento, que fica em anexo ao abaixo-assinado que já foi entregue na CML.” -----

----- **O Senhor Evaristo ■■■ Branquinho**, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Como o tempo é curto e de facto inscrevi-me para falar sobre transportes, não vou falar por exemplo sobre o projeto do Vale da Ameixoeira. -----

----- Para falar sobre a questão da gestão dos transportes em Lisboa, muito teria de dizer, até porque ■■■ do conselho fiscal, durante catorze anos, de uma das empresas públicas de transportes da Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- A minha questão, como é de compreensão natural é de profunda preocupação, porque muito teria a dizer sobre a má gestão ao longo de trinta e tal anos destas empresas públicas, de esbanjamento de património, de recursos económico-financeiros. -----

----- A minha questão que se coloca aqui é muito rápida, porque sei que há, digamos, uma procura de retorno da gestão destas empresas, como é o caso do Metro e da Carris, voltarem à Câmara de Lisboa. -----

----- Era procurar saber na pessoa, provavelmente o Senhor Presidente da Câmara, em que pé é que estão estas conversações?-----

----- Como é que a Câmara se enquadra, se tem de facto formado algum grupo de trabalho?-----

----- Para que depois no caso de as conversações resultarem positivas, equacionar uma boa, rigorosa e transparente gestão destes recursos e destes patrimónios, porque de facto é confrangedor a má gestão e o esbanjamento de património. -----

----- Por outro lado queria perguntar também, como é que equaciona nesse âmbito gestor, a questão dos complementos de reforma na medida em que houve, não foi ferir o princípio da boa-fé, foi uma profunda e descomunal má-fé da parte deste Governo e da parte da gestão no caso do Metropolitano de Lisboa, que se reduz a uma só pessoa, vejam bem, a gestão do Metro neste momento é uma só pessoa. -----

----- Que para reduzir os custos internos e para reduzir os custos com os recursos humanos, assediou um número significativo de trabalhadores para antecipar a idade da reforma, como todos nós sabemos, com o agravamento que por via disso aconteceu. Então era dito aos trabalhadores que não havia problema nenhum porque tinham o complemento, conforme contrato no velho ACT, já de 1971 pelo menos, presumo até que seja anterior a isso e depois veio o Governo a retirar esse complemento, que nalguns casos arredonda aos 60% do rendimento das pessoas. Portanto, isto é um alerta que eu faço com preocupação e que eu deixo aqui a pergunta à CML, porque eu acho e defendo que deve haver uma conjugação das duas empresas, tratado com médio prazo, não é assim conforme é feito.-----

----- Eu sempre defendi há dez, quinze anos, que deve haver fusão do Metro e da Carris, agora deve ser uma fusão feita com cabeça, tronco e membros. Porque isto tem os chamados ganhos de gestão, falta-me agora o termo económico, portanto, há recursos patrimoniais que podem ser rentabilizados para esse fim e recorde que no caso, inclusive do fundo de pensões, que nunca chegou a ser criado pela tutela, portanto, pelo Estado e a empresa porque tinha que ver com o PMO1 que é em Sete

Rios e que na altura do Senhor Doutor Santana Lopes, usurpou, porque é o termo que se deve utilizar, usurpou aquele património para pôr lá as camionetes das Rodoviárias, paga zero ao Metropolitano, com custos de manutenção, etc. etc.. E é os trabalhadores que neste momento estão a ter que sofrer as consequências dessa má gestão.-----
----- Tenho dito, penso que terei sido claro. Muito obrigado pela atenção que tiveram perante este problema.”-----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 - PERGUNTAS À CÂMARA MUNICIPAL, SEGUNDO OS NÚMEROS 1 A 4 DO ARTIGO 42º DO REGIMENTO, DE ACORDO COM OS TEMAS INDICADOS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS E PELOS DEPUTADOS INDEPENDENTES, EM ANEXO; GRELHA I, LIMITE MÁXIMO 4 VEZES A GRELHA DO PAOD – 4 HORAS.**-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Cada partido teve a oportunidade de apresentar os temas das perguntas. -----

----- Quero começar por vos informar e lembrar que o nosso Regimento não obriga a que a pergunta seja formulada exatamente, apenas o tema ou o Vereador que pretendem que responda. Ainda sugeri que se pudesse afinar isto e que a pergunta fosse mais explícita, mas essa minha proposta não obteve consenso e, portanto, mantemos o que está no Regimento.-----

----- A Mesa dará a palavra aos Senhores Deputados Municipais à medida que estiverem inscritos, o Deputado Municipal usará o tempo para fazer a pergunta e se quiser fazer mais uma pergunta no seu tempo pode fazer, se for um outro Deputado Municipal passará para uma nova ronda.-----

----- Nós tivemos aqui em sessões anteriores a experiência de fazer perguntas por ordem ascendente ou descendente do tamanho das bancadas e eu pedi para abandonarmos esse critério porque é muito difícil para a Mesa gerir. Deixamos que a sessão decorra com a dinâmica de quem se for inscrevendo. -----

----- Todos os grupos municipais colocaram questões, à exceção do PAN.-----

----- Estamos aqui com um problema na Mesa que eu tenho que colocar ao plenário, uma situação processual um pouco desagradável. A Mesa recebeu esta manhã uma comunicação por e-mail do grupo municipal do PSD a pedir a substituição da Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra pelo Senhor Deputado Municipal Nelson Antunes na Mesa. Entretanto o representante do PSD enviou-me uma mensagem dizendo que tinha havido um lapso e que a indicação era para o Senhor Deputado Municipal Vasco Morgado e pedia-me para eu promover a substituição.-----

----- A mim e ao Senhor Deputado Municipal José Leitão, uma vez que o Senhor Deputado Municipal Nelson Antunes não se quis pronunciar em causa própria, pareceu-nos que a Mesa já está constituída e que não há razão para no meio da sessão estarmos a substituir porque se enganaram na indicação. Tivessem tido talvez um pouco mais de cuidado ao fazer essa indicação.-----

----- Em todo o caso, comprometi-me com o representante do PSD a colocar a questão ao plenário e não ser eu a tomar a decisão antipática de não aceitar a proposta. No

entanto, do lado da Mesa e uma vez que há uma comunicação oficial, tomámo-la por boa e procedemos em conformidade. -----

----- O representante do PSD pretende a troca ainda durante a sessão e, portanto, a Mesa vai perguntar a vossa opinião, vou sujeitar a votação para resolvermos isto rapidamente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS):** -----

----- “Em relação à questão colocada, embora possa não ter percebido os vários graus de comunicações formais e informais entre o grupo municipal do PSD e a Mesa da Assembleia Municipal, para nós a questão é simples: há uma Mesa eleita e o que diz o Regimento e a prática é que cabe ao grupo municipal fazer essa substituição. Portanto, independentemente do modo, eu acho que deve valer aquilo que é a indicação dada pelo representante do PSD e o PSD só tem que esclarecer qual é a sua versão definitiva, devendo nesse caso a Mesa acatar a indicação, senão estávamos aqui a abrir alguns precedentes de várias indicações e múltiplas indicações. -----

----- Nós já substituímos algumas vezes o Deputado Municipal José Leitão pela Deputada Municipal Patrocínia Vale César apenas e só com essa indicação e o PSD já o fez também. Acho que devemos respeitar a indicação do PSD, têm é que esclarecer qual é a indicação que vale em definitivo.”-----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “A Mesa tem um mail recebido esta manhã a dar a indicação que é o Senhor Deputado Municipal Nelson Antunes e tem uma mensagem por telefone, já depois da sessão começar, do Senhor Deputado Municipal Sérgio Figueiredo. Pedia-me para fazer essa substituição e eu entendi que vos devia perguntar, porque fico um bocado dividida entre uma comunicação escrita e um sms posterior.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD):**-----

----- “Como disse o Senhor Deputado Municipal do PS, penso que estará esclarecido. Eu pedi a minha substituição porque vou intervir e quem determina quem substitui é o representante do grupo do PSD. Se de facto recebeu uma comunicação do Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo, eu por mim estou esclarecida.”-----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- Ficamos então assim. Há uma comunicação recebida por sms na Mesa a dizer que foi um lapso a indicação do Senhor Deputado Municipal Nelson Antunes e a pedir que seja substituído pelo Senhor Deputado Municipal Vasco Morgado. Em todo o caso eu acho que isto devia ser uma deliberação da Assembleia, uma vez que a posição da Mesa era em sentido contrário. A minha pergunta é simples e vou colocá-la à votação:-----

----- O representante do PSD pediu-me por mensagem telefónica que corrigisse a indicação para a Mesa e ser o Senhor Deputado Municipal Vasco Morgado em vez do Senhor Deputado Municipal Nelson Antunes. Votaremos à votação se o plenário entende que a Mesa deve fazer essa substituição.”-----

----- Submeteu à votação a **autorização para proceder à troca do representante do PSD na Mesa**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com votos a

favor de PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PAN, MPT e PNP e abstenções de PEV, 6 IND e parte da bancada do PS.-----

----- Continuando:-----

----- “A proposta foi aprovada por maioria, a Mesa foi vencida e eu tenho que pedir desculpa ao Senhor Deputado Municipal Nelson Antunes por este episódio, que não é da minha responsabilidade, e dar as boas vindas ao Senhor Deputado Municipal Vasco Morgado. A Mesa é alheia a esta troca.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT):**-----

----- “Para este debate de perguntas à Câmara, o Partido da Terra considerou pertinente trazer a este fórum 7 temáticas que carecem de explicações por parte da Câmara Municipal, em especial de alguns responsáveis camarários.-----

----- O primeiro tema diz respeito à Educação, por consideramos que a mesma, tem um papel fulcral no desenvolvimento pessoal e coletivo de uma sociedade. Contudo, assistimos a um dos piores arranques de ano letivo que há memória, com fortes prejuízos para a comunidade escolar, famílias e alunos, e que dificilmente serão recuperados.-----

----- É fundamental garantir que os acontecimentos verificados não se voltem a repetir, envolvendo as autarquias numa solução de proximidade. De acordo com o que têm vindo público, o governo depois de não se mostrar competente, prepara-se para passar às autarquias o ónus do despedimento de professores e da gestão contratual dos mesmos.-----

----- O Partido da Terra concorda que deve existir um maior envolvimento das autarquias no sector da educação, mas desde que haja transferência de meios financeiros necessários para a execução da sua função, onde deve ser garantido uma coerência de programas de todo o sistema de ensino ao nível nacional e uma análise à oferta de ensino privado, subsidiada pelo Estado e que se presta à concorrência com a escola pública.-----

----- Também ao nível do pré-escolar o governo não assume a sua responsabilidade. O município de Lisboa lançou o programa Projeto B.A. Bá que pretendia a expansão da rede de creches da rede solidária com 2500 vagas e a construção de 11 novos equipamentos. Em Julho do ano corrente, notícias sobre o mesmo programa, motivaram receio e instabilidade entre os encarregados de educação para o arranque do novo ano letivo em setembro.-----

----- Face ao exposto, pretendemos saber quando é que está prevista a conclusão do programa, uma vez que apenas estavam acabadas 5 infraestruturas das 11 previstas, e se já estão resolvidos os problemas administrativos e financeiros com os parceiros gestores dos equipamentos, bem como, os considerandos do diálogo com o Ministério do Emprego e Segurança Social para que o Estado assumira as suas competências no apoio financeiro ao funcionamento destes equipamentos.-----

----- Prosseguindo as temáticas, não poderia deixar de fazer alusão à Reorganização do Dispositivo de Socorro na Cidade de Lisboa, novamente discutida na proposta de venda do terreno do quartel de Benfica. Cabe-me recordar que o centro da discussão

fez-se sobre a Proposta 569/2013 que aprovou a reforma da reorganização do dispositivo de socorro na Cidade de Lisboa.-----

----- O Partido da Terra, por considerar esta proposta parcamente elucidativa, remeteu um requerimento datado de 31 de julho de 2014, onde se solicitava o estudo que deu suporte à Proposta supra citada, bem como o calendário da respetiva reorganização do dispositivo de socorro da cidade de Lisboa, porém, passados quase 4 meses ainda não obteve qualquer resposta. Não obstante qualquer resposta hoje aqui dada, é fundamental a divulgação dos documentos solicitados.-----

----- Após ter sido garantido por parte do Executivo que o mercado imobiliário estaria em condições de absorver a oferta e que existia mais do que um interessado para a parcela, ignorando as reticências da oposição, não é que a hasta pública realizada em 2 de outubro ficou vazia?! -----

----- Face a todos estes acontecimentos, o Partido da Terra pretende saber se o Executivo vai insistir num negócio desastroso para o erário público e vender o quartel de Benfica?! Uma vez que não conhecemos as fontes de financiamento que suportaram a reforma da localização do dispositivo e não sendo vendido o quartel citado, estará o Executivo disponível para repensar essa reforma?-----

----- Ainda sobre a venda do património, a Câmara Municipal transacionou no passado mês de Outubro um lote que tinha sido adquirido para instalar alguns serviços do município. O Executivo por essa ocasião comprometeu-se a anunciar uma nova solução. -----

----- Considerando as condições em que alguns serviços estão instalados e os montantes de rendas pagos pelo município, urge encontrar soluções que melhorem as condições dos trabalhadores e que diminua a exposição a rendas externas. De uma vez por todas, qual é o plano ou estratégia que o Executivo tem relativamente às instalações dos serviços municipais? Qual é a alternativa ao edifício do Santander, que foi vendido? -----

----- Recentemente, também foi tema de discussão neste fórum, a atividade noturna na cidade de Lisboa e a fricção existente entre comerciantes e moradores resultante da mesma. -----

----- O Bairro Alto, Santos e Cais do Sodré são espaços de referência na Cidade de Lisboa, não só devido às próprias características históricas, mas também pela sua elevada atividade noturna que se faz sentir diariamente. A abertura desenfreada de bares, discotecas e lojas de conveniência, veio degradar o equilíbrio destes lugares, transformando-os em locais onde prevalece o álcool, a falta de limpeza, a insegurança e a falta de tranquilidade dos moradores.-----

----- Consideramos a alteração do horário de fecho dos bares do Cais do Sodré imposto pela CML, um princípio, embora não uma solução suficiente para reduzir os problemas decorrentes da diversão noturna, sobretudo a nível de diminuição de ruído. Das recomendações efetuadas pela 2ª Comissão, destacava-se a necessidade de intensificar a fiscalização da atividade destes espaços comerciais.-----

----- Porém, o Executivo transpareceu que poderá não ter os meios necessários para efetuar uma fiscalização eficiente, nomeadamente no que diz respeito à Polícia

Municipal de Lisboa. No passado fim-de-semana, surgiram notícias que, em 2015, serão reforçadas as polícias municipais de Lisboa e Porto. Quantos elementos irá receber Lisboa? Serão suficientes para suprir as necessidades operacionais e as saídas relacionadas com as reformas?-----

----- A solidão começa a tomar proporções nunca antes vistas, sendo um tema cada vez mais recorrente na nossa sociedade, independentemente da faixa etária, raça ou estatuto social, embora tenha maior predominância na faixa etária acima dos 65 anos. -

----- Com um Portugal cada vez mais envelhecido, é urgente promover o convívio entre idosos que vivem sozinhos, principalmente nos grandes centros urbanos. Em Lisboa, existem já alguns projetos implementados como é o caso do “Laços de Vizinhaça SOS”, o “Somos Por Si, Somos por Portugal” entre outros. -----

----- Todavia, também o Município no âmbito das GOP 2013-2017, tem como proposta “Consolidar uma resposta a situações de risco por solidão, em articulação com a linha municipal de emergência «S.Ó.S» o programa "Ajuda Lisboa" e em parceria com outras instituições da cidade”. Nesse sentido, cumpre-nos questionar em que moldes estão a funcionar essas respostas e quais são as respostas que estão pensadas no curto prazo para combater a solidão?-----

----- O início do Outono deixou a sua marca profunda nas ruas de Lisboa. Para além do comércio, também centenas de pessoas foram afetadas pelas inundações. Contudo, este problema, não é de agora, e à medida que vamos tendo condições climáticas cada vez mais atípicas, mais suscetível se torna a sua recorrência. Também, não nos esqueçamos que temos uma cidade cada vez mais impermeabilizada. -----

----- Posteriormente, o Senhor Presidente da Câmara anunciou a constituição de um grupo de trabalho para finalmente ser preparada uma candidatura a fundos comunitários de forma a viabilizar finalmente o plano de drenagem. Perguntamos como está o processo de constituição, o grupo já reuniu alguma vez?-----

----- Não obstante a implementação do plano de drenagem, este vai-se estender durante vários anos e com certeza Lisboa irá passar por fenómenos climáticos com mais frequência. Assim, perguntamos em que fase está a limpeza de sarjetas e a desobstrução de sumidouros? Estando identificados os locais mais críticos, não será possível implementar medidas que permitam minimizar os impactos das inundações e/ou cheias repentinas?-----

----- Para terminar esta minha intervenção, e sendo o Partido da Terra um Partido de índole humanista e ecologista, não poderíamos deixar de questionar o Senhor Vereador, se a listagem dos pontos de recolha de Óleos Alimentares Usados está atualizada e completa, bem como se a CML tem promovido as medidas necessárias para que se cumpra atempadamente o requerido pelo Decreto-Lei n.º 267/2009, pontos deliberativos da recomendação “Pelo Cumprimento das Metas Estabelecidas para a Implementação dos Pontos de Recolha de Óleos Alimentares Usados” apresentada em 18 de Fevereiro do presente ano por este Grupo Municipal, a qual foi aprovada por unanimidade.” -----

----- **O Senhor Vereador João Afonso:** -----

----- “Sobre as questões colocadas sobre as creches BA Bá, é de facto um programa necessário para a cidade, era quando se iniciou, é agora e será no futuro, construir mais creches na Cidade de Lisboa. É uma ambição que não se prende com o presente, mas que se prende com o futuro, não se prende com o número de crianças que temos neste momento na cidade, mas sim com a ambição que queremos para o futuro da nossa cidade. É uma cidade envelhecida e nós queremos uma cidade socialmente sustentável, em que haja lugar para as crianças.-----

----- Ninguém irá ter crianças em Lisboa se continuarmos a considerar e a perceber que não há lugar para elas. Podemos dizer que há muitas creches privadas, com os custos que todos nós conhecemos ou de que podemos informar facilmente, mas que estão em dificuldades porque as famílias não têm condições de pagar as mensalidades que são exigidas e que são mais caras do que as propinas de qualquer universidade particular. -----

----- O esforço de fazer creches na Cidade de Lisboa é determinante para o nosso futuro, para criar as condições de confiança que levem os jovens, futuras mães e futuros pais, a terem filhos.-----

----- De facto foi determinante a Câmara Municipal de Lisboa construir 11 creches no anterior mandato. Os edifícios estão construídos, houve alguns contratemplos que assumimos politicamente, mas que por vezes nos ultrapassam nas nossas capacidades, seja porque os concursos de empreitadas dos arranjos da rua não correm como esperamos e não temos candidatos, ou porque as ligações dos ramais não funcionam. Neste momento estão sete equipamentos concluídos e em funcionamento e, das outras quatro, uma delas está concluída e não iniciou o funcionamento porque a entidade gestora não iniciou o processo, outra está concluída e está em fase de preparação para iniciar as funções e outras duas não estão concluídas de facto. Uma foi a que mais tarde começou a obra. -----

----- Está quase concluído todo o processo de construção e esperamos em breve estarem concluídas. Há duas creches que estão realmente atrasadas, a da Ajuda e a de Campo de Ourique. -----

----- Sobre o modelo de financiamento, o Ministério do Trabalho e Segurança Social fez uma proposta de financiamento para as cinco creches que abriram primeiro, que vai aumentar bastante a possibilidade de financiamento na Cidade de Lisboa e as restantes estão no âmbito do Orçamento do Conselho Distrital da Região de Lisboa. Eu creio que em breve iremos conseguir apresentar uma solução. -----

----- Sobre as questões de isolamento, os problemas que havia de convívio, de apoio ao dia a dia dos idosos, foram transferidos para as Juntas de Freguesia que têm feito um trabalho notável e melhorado em muito a oferta que a Câmara antes fazia. Mérito às Juntas de Freguesia por esse trabalho notável, que resulta da descentralização. -----

----- Os outros programas são de emergência, basicamente são aqueles que neste momento a Câmara está a lançar e a estruturar, o “Ajuda Lisboa”, “SOS Teleassistência” e o NISAC.”-----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro:** -----

----- “No que diz respeito à questão dos horários, dizer que a Câmara concorda que este é um assunto que não se resume à restrição dos horários e, portanto, trabalharemos nas várias áreas da Câmara, nomeadamente com o Vereador Carlos Castro no que diz respeito à segurança e à Polícia Municipal para a fiscalização, mas também com as várias áreas da Câmara, higiene urbana, licenciamento e com a Junta de Freguesia, em parceria com os moradores e os comerciantes, procurando que haja uma resposta integrada. -----

----- No que diz respeito à questão dos óleos alimentares, terei muito gosto em lhe enviar por escrito um dossier sobre a matéria. Fazendo um resumo muito rápido: 80 pontos de recolha até 2015, sendo que 43 o Município já tem, estão identificados os outros 37. Essencialmente serão os mercados municipais e contactaremos as Juntas de Freguesia para instalar outros locais adicionais.” -----

----- **O Senhor Vereador Carlos Castro:** -----

----- “Relativamente ao dispositivo do Regimento de Sapadores Bombeiros da Cidade de Lisboa, estamos a cumprir aquilo que foi aprovado no anterior mandato e posso aproveitar para indicar a si e a todos os Senhores Deputados Municipais que estão muito bem encaminhadas as construções dos novos quartéis, quer do Arco do Cego, quer o do Martim Moniz. -----

----- Relativamente à questão dos polícias municipais, posso informar que tive no verão uma reunião com o Senhor Presidente da Câmara e também com o Senhor Presidente da Câmara do Porto, o Vereador da Câmara Municipal do Porto, do pelouro da segurança, e com o Senhor Ministro da Administração Interna, em que apresentámos a nossa realidade, que é de todos conhecida, e aguardamos que o Ministério da Administração Interna entre em contacto connosco no sentido de corresponder às nossas expectativas. Aguardamos essa resposta do Governo.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS):** -----

----- “Dois temas que nós queríamos questionar a Câmara, mas de um modo muito sintético: transportes e fundos comunitários. -----

----- Os transportes têm sido um tema que tem estado muito em foco na Assembleia Municipal. Existia um debate temático, tem sido sempre tema de perguntas à Câmara e ao mesmo tempo de diferentes abordagens em sede de PAOD, moções sobre essa matéria. Todos nós temos tido conhecimento das posições públicas assumidas pela CML. A Assembleia Municipal, em sede de comissão competente, teve oportunidade de ouvir a excelente posição do Professor Tiago Farias, que referiu os detalhes de negociação técnica entre a Câmara e o Governo e no modo como ele expressou aquilo que poderão ser as mais valias do Município na gestão do Metro e da Carris. -----

----- A pergunta muito simples que nós gostávamos de fazer era que a Câmara nos pudesse fazer um ponto de situação daquilo que foi esse diálogo técnico em termos de balanço político, daquilo que tem sido o eventual diálogo com o Governo e as perspectivas que a Câmara entende. Todos nós já temos conhecimento público e por isso deve ser aqui trazido ao parlamento da cidade, aquilo que é uma proposta que a CML também irá debater. -----

----- Segundo tema, fundos comunitários. O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Fernando Medina, também se tem desdobrado a procurar corrigir aquilo que são declarações incorretas por parte do Governo quanto à execução dos fundos comunitários por parte da CML. Por isso também aqui, no parlamento da cidade, nós achamos importante que a verdade seja reposta de modo oficial e por isso questionamos a Câmara, nomeadamente o Senhor Vice-Presidente, no sentido daquilo que é de facto a verdade da execução dos números dos fundos comunitários no Município de Lisboa e também, como nós tivemos oportunidade de debater aqui, quer em plenário, quer nas comissões, o excelente trabalho que o Município tem feito na preparação de eventuais projetos a que possa candidatar-se o Município de Lisboa, nós gostávamos de saber quais são as perspetivas futuras que a Câmara entende neste dossier.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara:** -----

----- “Agradeço a pergunta, mas gostava de começar por precisar o seguinte: as declarações quer o Governo tem feito sobre a matéria não são incorretas, são falsas. Uma incorreção admite-se por quem desconheça, aquilo que tem vindo a ser feito relativamente à execução dos fundos comunitários pela Câmara é uma situação mais grave, porque o Governo tem o acesso pleno à informação da execução.-----

----- Neste momento a execução de fundos comunitários pela Câmara de Lisboa, a taxa de execução real, a despesa executada e paga pela CML no âmbito do Programa Operacional Regional de Lisboa é superior a 95%.-----

----- No global do Quadro de Referência Estratégico Nacional, de todos os programas operacionais, é de 92%.-----

----- A taxa de execução que está registada dentro dos serviços da CCDR e das outras autoridades de gestão é de 83% para o global de todas as autoridades de gestão.-----

----- Por isso, vir falar de taxas de 60%, 64%, 50%, 20% abaixo da média, de tanto que ouvimos. Confesso-vos que a primeira vez que ouvi, até aqui na Assembleia Municipal falei, tinha ouvido referir por uma notícia de jornal que relatava declarações de membros do Governo. Hoje já falo numa situação pior, no próprio Parlamento o Governo cita números com base numa notícia, tendo acesso à informação original que consta dos serviços da administração pública portuguesa.-----

----- É absolutamente inconcebível o que foi dito e o que foi feito e, repito, é uma falsidade. A execução dos fundos comunitários no Município de Lisboa é de 95% no programa regional, é de 92% no global dos programas, a taxa que os serviços fornecem ao Governo será de 83. A diferença explica-se pela despesa que o Município já executou, projetos já pagos pelo Município e que ainda não foram pagos pelos órgãos de gestão. Por razões processuais esse pagamento ainda não foi operado, mas em qualquer caso a taxa de execução de fundos comunitários em Lisboa é bastante superior à média nacional. Este é que é o aspeto verdadeiramente relevante.-----

----- O único projeto que enfrenta dificuldade, foi também explicado publicamente, é um projeto na área da proteção civil de aquisição de um carro de bombeiros, por anulação de um concurso num projeto que representa menos de 2% de todos os fundos comunitários ao serviço do Município.-----

----- Sintetizando, se o País tivesse a execução que Lisboa tem, o quadro comunitário este ano já estaria acabado e já estaríamos todos a executar um novo quadro comunitário, não estaríamos ainda a executar 13 pontos do quadro comunitário atual durante o próximo ano.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara:** -----

----- “Relativamente à questão sobre a negociação da Carris e do Metro, apresentei uma proposta que será amanhã discutida em Câmara para formalizar aquilo que são as garantias que nas negociações já demos ao Governo relativamente às preocupações que o Governo nos colocou e que considerávamos legítimas para assegurar que uma solução de acordo entre o Estado e o Município não é para o Estado e para o conjunto dos contribuintes portugueses pior do que a solução que obteriam por via dos privados. -----

----- Quanto às vantagens que o Município tem, independentemente das subjetivas, há umas que são objetivas. Só o Município oferece a sinergia da gestão da via pública, visto que nenhum privado tem a gestão da nossa via pública. Só o Município pode oferecer a sinergia da gestão do estacionamento, visto que nenhum privado tem a gestão do estacionamento. Só o Município pode integrar a exploração da publicidade exterior na via pública e no espaço público e na Carris e no Metro, visto que nenhum privado pode ter a gestão da publicidade no espaço público. -----

----- São três vantagens objetivas que nós temos e que nenhum privado pode ter. -----

----- Relativamente às garantias complementares que quero formalizar amanhã em reunião de Câmara, em primeiro lugar é explicitar que nós aceitamos que o Estado não tenha, na exploração da Carris e do Metro gerido pelo Município, nenhum encargo suplementar àquele que se dispõe a ter relativamente à gestão por parte de privados. O Estado já enunciou publicamente o que estaria disponível para suportar em caso de concessão a privados, nós aceitamos assumir a gestão da Carris e do Metro nas mesmas condições que o Estado se propõe oferecer aos privados para a gestão da Carris e do Metro. -----

----- Significa isto que podemos dizer ao Estado que, se formos nós a gerir, isso não traz encargos suplementares para o Estado. -----

----- O Estado pode ter a preocupação de dizer que se a Câmara não cumprir, ou se as empresas estiverem numa situação de descontrolo, ao contrário do que acontece nos privados, sendo no Município isso consolidado no setor público administrativo e pode penalizar o conjunto do deficit do setor público administrativo. Nós então dizemos que estamos disponíveis para que o Estado proceda à retenção de uma parcela do IMI que cobra por conta do Município, de forma a que se constitua um fundo de garantia para uma situação dessa natureza não agravar o deficit e poder ser compensada por esse fundo constituído a partir da retenção das próprias receitas do Município cobradas pelo Estado. -----

----- Isto é uma garantia que nenhum privado pode oferecer, porque nenhum privado pode oferecer uma garantia de receita mais sólida e mais fiável do que nós podemos oferecer relativamente às garantias do IMI, que aliás é cobrado pelo Estado. -----

----- Em terceiro lugar, sendo este modelo um modelo em que o Estado se mantém como acionista das empresas e o Município só assume a gestão, é razoável que o acionista queira acautelar-se relativamente a direitos, a perspectivas legítimas, desde logo que a gestão não vai alienar indevidamente património, não vai onerar o património, não vai penalizar o futuro da empresa contraindo empréstimos que venham a penalizar a empresa no futuro, ou que não tenha uma gestão prudencial que possa assegurar uma boa saúde financeira das empresas.-----

----- Estamos disponíveis a acordar com o Estado um modelo de governo societário, em que o Estado possa ter um chairman que tenha poder de veto relativamente a um conjunto de decisões de gestão da empresa e o Município assume a gestão da empresa com o respeito pelo poder de veto que tenha o chairman. Isto parece-me razoável, aceitável e estamos disponíveis para aceitar. -----

----- Finalmente, o Estado tem manifestado a preocupação de, em caso de conflito entre a entidade que assume a gestão e o titular do capital, isso poder converter-se num conflito político e nós entendemos que devemos evitar que possa haver conflitos políticos na relação entre a entidade gestora e a entidade detentora do capital. Inspiramo-nos, aliás, nos modelos que existem em França. O que propomos é que seja à partida designado um sistema arbitral, de preferência com um árbitro único, que seja aceite por ambas as partes como devendo arbitrar e decidir qualquer potencial conflito, que é natural que possa existir no decurso da operação. -----

----- Julgamos que é importante neste momento, em que o Governo reflete sobre o caminho a seguir, que nós possamos pública e expressamente oferecer o conjunto destas garantias ao Governo para que ninguém tenha desculpa relativamente a que a solução com o Município possa ser menos favorável ao Estado do que a solução que qualquer privado possa oferecer.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra:** -----

----- “Eu vou ser muito sucinta, porque gostava de respostas sucintas, e vou formalizar aqui exatamente as perguntas que formalizei atempadamente à Câmara na esperança de ter respostas concretas. -----

----- A primeira pergunta: desde a aprovação do Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente, que área de superfície verde permeabilizada foi impermeabilizada? Leia-se ocupada; -----

----- Segunda pergunta: na sequência do abatimento de pavimentos em diversas zonas da cidade foi solicitada a monitorização dos solos em diversos pontos, nomeadamente em Campolide e Alcântara, que medidas tomou a Câmara desde então para obstar a que estas situações se repitam? Qual o conteúdo desses relatórios desde 2010?; -----

----- Terceira pergunta: está concluído o levantamento de todas as palmeiras existentes em locais públicos de Lisboa que foram afetadas pelo escaravelho? Por que razão não agiu a Câmara atempadamente para evitar a praga, uma vez que existem produtos que podem obstar à morte das árvores?-----

----- Muito obrigada, fico à espera das respostas.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado:** -----

----- “O PUALZE entrou em vigor em setembro de 2009, entraram até hoje na Câmara 378 processos de licenciamento, dos quais 97% são obras de reabilitação e 12 de construção nova. A reabilitação da totalidade dos edifícios corresponde a 98 edifícios.-
----- Neste momento, em resultado dos principais processos, resultou um acréscimo da área de logradouros, permeável, de 1480 metros quadrados.-----

----- Considerando que o plano de pormenor do Parque Mayer está contido no PUALZE, ele prevê mais 21 mil metros quadrados de coberturas verdes e limpeza de anexos nos logradouros, conseguindo-se mais 4604 metros quadrados de área permeável:” -----

----- **O Senhor Vereador Jorge Máximo:** -----

----- “Dar nota que relativamente às zonas de Campolide e de Alcântara, nos últimos tempos têm sido feitos algumas intervenções, nomeadamente em articulação com a SIMTEJO na área do caneiro. Tenho aqui registo de que foram feitos novos acessos ao caneiro de Alcântara na Quinta José Pinto, a reabilitação da soleira do ramal de Campolide e a ligação ao caneiro de Alcântara.-----

----- Ainda na semana passada tive uma reunião com a direção e com a administração da SIMTEJO para resolvermos a questão das inundações e dos abatimentos na zona de Alcântara. Ficou claro que é necessário fazer o investimento que está previsto para 2016 e que estamos a trabalhar nos projetos de execução já em 2015, de criação de dois coletores paralelos ao caneiro. -----

----- É importante que esse plano de investimentos previsto pela SIMTEJO em articulação com a Câmara não seja prejudicado pelo processo que está agora em curso do plano de reestruturação das águas. É fundamental para Alcântara que este projeto seja desencadeado. Nós estamos empenhados nisso e esperamos que este plano não prejudique de maneira alguma e transmitimos isso à SIMTEJO, que exigimos que aquele plano seja concretizado em 2016.-----

----- Para além disso há a questão do Plano Geral de Drenagem lá em cima, com as bacias de retenção à zona de Campolide, mas este parece-me ser dos aspetos mais fundamentais que têm que ser desencadeados de imediato, para resolver estes problemas de abatimentos e de drenagem na zona de Alcântara e de Campolide.”-----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes:** -----

----- “Eu já prestei algumas informações sobre o escaravelho aqui na Assembleia Municipal, mas volto a frisar. -----

----- Há o levantamento de todas as palmeiras existentes em Lisboa, está feita a sinalização das palmeiras com doença, em espaço privado estão 746 e em espaço público 692.-----

----- O grande problema que se passa com as palmeiras, eu já referi aqui várias vezes, é que apesar de uma intervenção do Município não tem havido uma intervenção por parte do Estado nos edifícios privados e nos edifícios do Estado. É impossível combatermos uma praga se não houver intervenção de todos os intervenientes.-----

----- O Município, eu próprio, não só reuniu em tempos com o Secretário de Estado que na altura tinha este dossier em mãos, quer os serviços informando os privados e o Estado do estado das palmeiras. O que tem acontecido é que não tem havido uma

correspondência por parte dos privados e do Estado no combate a esta praga e se não formos todos é impossível, como aconteceu na Andaluzia, no Algarve e está a acontecer já para norte do País. -----

----- A Câmara, naquilo que lhe diz respeito, está a proceder com todos os meios que tem ao seu alcance, incluindo que temos feito o diagnóstico e a informação aos privados das ações a tomar, em centenas de visitas e contactos.-----

----- Como sabe, a legislação permite a intervenção da Câmara nas árvores que estão sob a sua alçada, não permite naquelas que estão dentro dos hospitais, edifícios privados, etc. Se não houver intervenção nesses espaços, nessas palmeiras, é impossível combatermos a praga. Não há remédio nem armadilha para se combater, a não ser que vamos para despesas absolutamente incalculáveis. -----

----- Temos salvo bastantes palmeiras, temos várias em monitorização, mas se não tivermos a ajuda do Estado, não é pedir esmola, se o Estado não cumprir a sua obrigação não só de intervir junto dos privados, que é da sua responsabilidade, quer nos edifícios do Estado, é uma batalha muito difícil de combater e termos sucesso, porque é uma praga que está numa fase de grande intensidade e agressividade no ataque, quer na disseminação, quer na rapidez em que consome os hospedeiros, as palmeiras, e determina a sua morte.-----

----- Estes escaravelhos podem avançar cerca de 20 quilómetros por dia, são verdadeiros ataques massivos de uma árvore para a outra e de facto há um problema em que eu ando a alertar as entidades oficiais, os privados, fazendo a divulgação possível disto. Fiz um seminário com os vários municípios aqui à volta para que tivéssemos uma ação em comum, desde Setúbal até aos vizinhos aqui da zona norte de Lisboa, e não temos conseguido fazer mais porque os outros também não correspondem àquilo que o Município tem feito.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP):** -----

----- “Nesta sessão gostaria de colocar apenas uma questão muito concreta relacionada com o ambiente e qualidade de vida em Lisboa. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa lançou no início de janeiro de 2014 um concurso para atribuição de onze hortas sociais no interior do que resta do Forte de Santa Apolónia, com o objetivo de, e vou citar, ‘criar neste local um espaço de estadia e lazer, recuperando vestígios da antiga estrutura de patamares da Quinta de Manique’.--

----- Em março de 2014 foram selecionados onze candidatos de entre 36 candidaturas. Atualmente as chamadas hortas sociais estão transformadas em matagais e os equipamentos ali colocados, bancos, casas de apoio e cercas sem qualquer utilização.--

----- Pergunta-se: foi concretizada a atribuição com entrega efetiva do espaço aos onze primeiros classificados? O que pensa a Câmara Municipal de Lisboa fazer para alterar este estado de coisas e manter a zona como espaço de estadia e lazer agradáveis, como proposto?”-----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro:** -----

----- “Efetivamente já foram selecionadas de entre as pessoas que se candidataram para estas hortas. Isto é um projeto da UIT, para não se estranhar porque é que sou eu a responder e não o Vereador José Sá Fernandes. Foram selecionadas as pessoas e

realmente está-se a fazer uma reavaliação do projeto, porque é um projeto pequeno para aquele espaço e eventualmente merecerá uma reabilitação maior do que estava no projeto identificado. -----

----- O projeto está praticamente concluído e só não se plantaram ainda as sementeiras porque o tempo não era o adequado para o efeito, mas as pessoas estão selecionadas e o projeto está praticamente terminado. -----

----- Estamos agora a avaliar a possibilidade de complementá-lo com outros projetos, nomeadamente a possibilidade, e eu até visitei o local com o meu colega Vereador Jorge Máximo, de por um lado verificar a estabilização do próprio Forte de Santa Apolónia e, por outro lado, a possibilidade de acrescentar equipamento para melhorar a requalificação daquele espaço.-----

----- Do que foi projetado, e terei muito gosto de lhe enviar o projeto, está praticamente concluído e a seleção das pessoas que vão explorar as hortas também já está feita, mas com muito gosto lhe enviarei o projeto e o ponto de situação do mesmo.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE):**-----

----- “Tal como informámos, vamos dividir a nossa intervenção na primeira ronda em duas partes. Para já queríamos perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, tal como remetemos nas nossas perguntas escritas, quantos contratos de Emprego Inserção existem neste momento na CML e quantos trabalhadores têm contrato de prestação de serviços a recibos verdes.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara:**-----

----- “Eu não tenho aqui o número para lhe responder relativamente aos contratos de Emprego Inserção, mas sei que relativamente aos contratos de prestadores de serviços são neste momento 366, uma parte importante dos quais corresponde a contratos de prestação de serviços no âmbito da higiene urbana, que resultaram depois do processo de reforma administrativa no reconhecimento da necessidade de reforço imediato relativamente aos quadros de contratos de prestação de serviços, cujo número reduzirá quando estiver concluído o processo de admissão de cantoneiros que aqui foi aprovado na Assembleia Municipal e que já está em curso. Quando estiver concluído, no próximo ano originará a diminuição desses contratos de prestação de serviços. -----

----- A Lei não permite nenhuma conversão automática desses contratos de prestação de serviços em trabalhadores do quadro, mas eu tenho a expectativa de que aqueles trabalhadores que tenham dado boas provas no Município enquanto prestadores de serviço, que tenham a sua oportunidade no âmbito dos concursos para poderem ficar admitidos em definitivo. -----

----- Relativamente aos contratos de Emprego Inserção, são 22.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE):**-----

----- “Este modelo de perguntas à Câmara teve alguma insistência noutras sessões por parte do Executivo para que as perguntas fossem específicas, para que o Executivo se pudesse preparar. Nós mandámos a pergunta redigida da forma mais específica possível, mas pelos vistos não foi lida, porque para além destes números tinha um

pedido sobre as funções que desempenhavam, as divisões e direções municipais, o período, os valores, etc. -----

----- Compreendemos que perante a falta de tempo seja difícil especificar cada um deles, mas lembro que entregámos no dia 29 de julho um requerimento à Câmara, onde pedíamos exatamente estes elementos. Lembro que no passado dia 28 de outubro foi aprovada nesta Assembleia uma moção que pedia exatamente esses elementos e, portanto, a Câmara ainda não estava preparada para os dar. -----

----- Gostaria de vos falar sobre este programa de contrato Emprego Inserção, sobre o qual incidiu a nossa pergunta.-----

----- Para quem não tem conhecimento, este é um programa lançado a nível do Governo, sobre o qual as autarquias e as instituições particulares de solidariedade social têm aproveitado esta mão-de-obra barata. Eu diria barata, mas é uma mão-de-obra quase escrava. -----

----- Estes trabalhadores são recrutados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, são desempregados e beneficiários do RSI e são forçados a aceitar trabalhar a tempo inteiro nas autarquias e outras organizações. A Câmara de Lisboa recorre a estes trabalhadores.-----

----- Estes trabalhadores têm as mesmas funções, os mesmos horários, os mesmos locais de trabalho, as mesmas responsabilidades que os seus colegas na CML e recebem mais 83 euros por mês para além do apoio social ou do subsídio de desemprego. Isto significa uma vergonha para o Município de Lisboa, é uma vergonha porque é um ataque aos direitos dos trabalhadores e é uma vergonha porque é um ataque à dignidade desses trabalhadores.-----

----- Este programa é sobretudo uma mentira, aliás uma tripla mentira porque não são contratos efetivos, porque não dão e não conferem direitos. São uma mentira porque não são emprego, porque não têm vínculo, não conferem um vínculo a estes trabalhadores. Sobretudo a grande mentira é que não inserem de forma alguma estes trabalhadores nestes locais de trabalho. -----

----- Pergunto depois numa outra oportunidade se algum destes trabalhadores na CML fica depois a trabalhar no final dos doze meses. São todos dispensados. Contactámos com alguns há uns meses e todos nos disseram que gostariam muito de ficar, alimentaram essa esperança, mas sabiam que não iam ficar.-----

----- Terminam os doze meses sem direito a férias, têm direito ao subsídio de refeição e transporte, mais 83 euros por mês. Muitos deles trabalham abaixo do salário mínimo, porque o subsídio mais os 83 euros não perfazem o salário mínimo, e no final dos doze meses recebem uma palmadinha nas costas da sua entidade empregadora, neste caso o Município de Lisboa, do Senhor Presidente, o Município volta a telefonar para o IEFP e diz para mandarem outro trabalhador, ‘gostámos muito destes, são muito competentes, desempenham boas tarefas e sobretudo são muito baratos’. -----

----- Neste País trabalham nestas condições 56455 pessoas neste regime de quase escravatura. As palavras são fortes, mas abusei do plágio e utilizei a expressão da Senhora Presidente da Assembleia Municipal na semana passada, num debate televisivo. Debatia com um representante da maioria PSD/CDS, que no fundo do seu

cinismo dizia que era importante para estas pessoas, era uma oportunidade para se manterem ocupadas. Ele sabe que o Governo utiliza este recurso, esta mão-de-obra barata, para pressionar negativamente o valor do trabalho e suprimir direitos.-----

----- É uma vergonha para o Município de Lisboa que existam trabalhadores nestas condições a trabalhar ao lado de outros trabalhadores com os seus direitos, que foram conquistados, mas que não têm os mesmos direitos. -----

----- Deveríamos pressionar este Executivo para que acabasse com esta vergonha, porque é de facto uma mancha na dignidade das pessoas que trabalham no Município de Lisboa.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara:** -----

----- “Eu creio que nós podemos depreender das declarações do Senhor Deputado Municipal que, se ele ocupasse as funções que eu hoje ocupo, sairia aqui da Assembleia Municipal e iria rescindir estes contratos. É isso que podemos depreender, porque sendo uma vergonha e sendo uma mancha, o que faria era despedir estes trabalhadores.-----

----- Eu devo dizer que, se fizesse isso, fazia mal a muitas famílias, a muitos trabalhadores e ao futuro de muitas pessoas. -----

----- Eu concordo que a Lei Portuguesa relativamente à administração pública deveria criar uma maior facilidade da passagem destas figuras dos contratos de Emprego Inserção para os regimes de admissão definitiva. Eu concordo, mas não o fazendo, a existência destes contratos é benéfica para os trabalhadores envolvidos e para as instituições envolvidas, porque muitos dos trabalhadores que prestam contratos de Emprego Inserção acabam por passar para contratos de prestação de serviço e depois estar numa posição mais favorável nos concursos de admissão. O que é compreensível, na medida em que ganham experiência nas funções que estão a desempenhar, conhecem as pessoas, conhecem as instituições e acabam por ter essa oportunidade.-----

----- Se não tivessem e simplesmente estivessem totalmente excluídos do mercado de trabalho, as possibilidades de inserção e de ingresso são muito mais diminutas e muito mais difíceis. Por isso é que não sendo uma situação ideal, a CML tem mantido estes contratos e vai continuar a mantê-los, porque é bom para os trabalhadores, é bom para a organização e é bom que eles possam vir a ser admitidos. -----

----- Não se trata de reduzir custos, não se trata de ter fórmulas mais baratas, não se trata de fazer qualquer poupança. Isso é absolutamente ridículo, temos uma Câmara Municipal com 8 mil trabalhadores no quadro estamos a falar de 25 trabalhadores nesses contratos. A Câmara Municipal tem um Orçamento superior a 200 milhões de euros, é um absurdo pensar que move algum sentido de poupança fazer uma poupança por aqui, isso pura e simplesmente não faz sentido. -----

----- O que posso dizer é que numa política social bem definida e na qual a CML tem a obrigação de participar faz sentido apoiar trabalhadores na situação de desemprego através desta figura de contratos, dar-lhes essa oportunidade para terem contratos de prestação de serviço, porem-se a concursos e poderem ser admitidos. Se o processo devia ser mais ágil e mais direto, sim deveria ser, não tendo nós... dependendo das

regras da administração pública e esperamos que relativamente a estes venham ter a sua oportunidade para ingressarem nos quadros da CML.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE):** -----

-----“Ouvimos agora o Senhor Vice-Presidente e parecia que estávamos a ouvir o Senhor Deputado Luís Montenegro no debate que teve com a Senhora Presidente. O elogio que fez a este programa foi precisamente o mesmo, oportunidades para estas pessoas, estas pessoas valorizam-se em estar a trabalhar neste programa e a Câmara Municipal está-lhes a dar esta oportunidade. -----

----- Senhor Vice-Presidente, se quer dar oportunidades a estas pessoas, se quer valorizá-las, se lhes quer dar direitos e conferir dignidade, contrate-as. Não lhes pague 83 euros por mês. São poucas? Muito bem, mais fácil resolver o problema. Não tenha 22 pessoas na CML a fazer precisamente o que fazem os outros trabalhadores por 83 euros por mês. Isso é, insisto, uma vergonha, não faça isso. -----

-----Fale com estas pessoas, querem um contrato de trabalho, não querem estar dependentes de 83 euros por mês e no final dos doze meses voltarem para casa e voltarem a ser contratadas da mesma forma. Se quer mesmo resolver o problema, contrate-as. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara:** -----

----- “Eu tenho pena que o Senhor Deputado Municipal não tenha percebido o que é uma simples posição de concordância com o programa, que concordo, com a posição que aqui transmiti, que é de defesa de que a legislação de admissão à administração pública devia ser alterada no sentido de permitir uma maior permeabilidade a quem desempenha estas funções, para ter uma posição mais favorável nos concursos de admissão. -----

----- Insisto que do ponto de vista da Câmara estes programas são vantajosos e representam uma boa política de apoio social. Não tem nada a ver com nenhum instrumento de poupança financeira, não representa nenhuma intenção de poupar em custos com pessoal. -----

----- Estes trabalhadores não recebem 83 euros, ao contrário do que o Senhor Deputado Municipal refere. Estes trabalhadores recebem 83 euros da parte da comparticipação da Câmara mais a prestação social que recebem. -----

----- O que lhe posso dizer sobre a política da CML é que nós temos concursos abertos. Nós temos neste momento concursos abertos para 150 cantoneiros, temos concursos abertos para uma escola de bombeiros de 50, temos outros concursos abertos no âmbito da mobilidade dentro da administração pública para recrutamento de funcionários dentro das várias funções e é nesses concursos externos que esses trabalhadores poderão vir a ser admitidos. -----

----- O Senhor Deputado Municipal diz que enquanto eles não forem através de concurso, não sejam de forma nenhuma aproximados do universo da CML. Acho que fazem mal, acho que se diminuem as oportunidades desses trabalhadores e não vejo o que alguém ganhe com isso.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP):** -----

----- “Nós iremos colocar questões sucintas, também esperando por parte da Câmara respostas concretas.-----

----- Dirigindo-me ao Senhor Vereador Jorge Máximo, no que respeita a obras municipais, gostaria de aferir o seguinte: desde o final do ano passado que o Executivo Camarário tem vindo a anunciar um plano de repavimentação da Cidade de Lisboa.-----

----- Na sessão de perguntas à CML ocorrido em Julho deste ano, questionámos o Senhor Vereador sobre o prazo real de apresentação do plano (uma vez que a data anunciada para Junho estava ultrapassada), bem como a sugestão de inclusão de artérias que consideramos de intervenção prioritária.-----

----- Na mesma reunião, o Senhor Vereador comprometeu-se a avaliar as sugestões, integrando-as no futuro Plano. E por aqui ficámos.-----

----- Entretanto, decorridos alguns meses, tivemos conhecimento da apresentação desse plano em sede de Câmara.-----

----- Aliás, ainda recentemente apreciámos e votámos propostas nesta Assembleia, no âmbito do Plano de Investimentos Plurianual de Repavimentação da Cidade, sem que o mesmo seja do nosso conhecimento.-----

----- Em suma, temos uma promessa por cumprir, deliberamos propostas remetidas pela CML com base num plano que desconhecemos, a não ser que tem um raio de atuação de 550.000m² e um investimento de €13,5 milhões de euros. Estamos a deliberar sobre compromissos para 2016 sem saber quais as intervenções previstas para o imediato e a fundamentação que sustenta a priorização destas intervenções.-----

----- E nem vou aqui contabilizar o requerimento que lhe enviei no final de setembro com o mesmo pedido, que continua sem resposta. Ficaremos gratos quando der conhecimento, à Assembleia Municipal de Lisboa, do Plano e do cronograma de Repavimentação da Cidade de Lisboa.-----

----- Por outro lado, e lembrando as promessas efetuadas nesta Assembleia em Abril e Julho, perguntamos se as intervenções propostas pelo CDS nas Ruas de São Pedro de Alcântara (Misericórdia), António Cândido (Avenidas Novas), Augusto Rosa (Santa Maria Maior) e Prof. Sousa da Câmara (Campolide) estão contempladas no Plano e quais as datas previstas de início e conclusão das obras.-----

----- Senhor Vereador, gostaríamos de voltar à situação lamentável em que se encontra a Avenida Rovisco Pais, particularmente desde as obras do Metropolitano, quando a CML decidiu fechar esta artéria ao trânsito.-----

----- No decorrer deste tempo, já a Av. Duque D’Ávila foi reperfilada e a intervenção na Rua Alves Redol concluída. Ao mesmo tempo, a Rovisco Pais esteve fechada ao trânsito, depois abriu para permitir estacionamento e acessos privados e agora encontra-se aberta à livre circulação. O estado do pavimento, esse, mantém-se lastimável.-----

----- No final da avenida e na confluência com a Rua Dona Filipa de Vilhena, Rua Dona Estefânia e Av. Duque d’Ávila, o acesso tornou-se numa armadilha para quem a pretende atravessar, seja a pé ou de viatura.-----

----- A CML, através do seu site, anunciava o início de obras para 2 de Junho. Decorreram mais de 5 meses, a juntar aos anos de caos nesta artéria, e não se vislumbram quaisquer obras.-----

----- Assim, Senhor Vereador, gostaríamos que nos informasse qual o ponto de situação sobre este processo, para quando se prevê o início das obras, se a intervenção de reperfilamento irá manter a continuidade da ciclovia, se se irão manter os 2 sentidos de trânsito e se, como foi veiculado por variadas vezes mas sem dados factuais, existe algum compromisso ou cláusula contratual que estipule que o custo da obra será imputado na totalidade, ou em parte, à Metro/Carris. -----

----- Para terminar, Senhor Vereador, trago-lhe um problema que tem deixado inúmeros munícipes, e também a nós, perplexos.-----

----- Falo das taxas cobradas para acesso a equipamentos desportivos da Cidade. No seguimento da Reforma Administrativa e a subsequente transferência de equipamentos para as Juntas de Freguesias, temos assistido a um aumento das taxas cobradas bem como a uma segregação económica no acesso, espelhado na diferenciação entre preços praticados para fregueses em que o equipamento se encontra instalado e para os utentes de outras freguesias. -----

----- Não se compreende como é que em equipamentos municipais, que são geridos numa perspetiva de oferta municipal, de repente e apenas porque passam a ser geridos por uma junta, sejam criados fatores de diferenciação que levam os munícipes a sentirem-se excluídos.-----

----- E porque relatar factos humaniza e simplifica a compreensão do problema, reporto a situação que se vive no acesso à Piscina Municipal da Ameixoeira. Como certamente terá conhecimento, a freguesia do Lumiar teve, no passado recente, uma piscina localizada nos terrenos adjacentes ao Mercado do Lumiar que foi demolida, quando da construção do eixo Norte-Sul. -----

----- Assim, os munícipes do Lumiar tiveram de utilizar o equipamento mais próximo, ou seja, a Piscina Municipal da Ameixoeira. Nessa altura fizeram-se obras e as mensalidades foram todas aumentadas, segundo os critérios já existentes, como a idade, a situação de reformas e outras.-----

----- Com a transferência do equipamento para a Junta de Freguesia de Santa Clara, os munícipes desta freguesia têm as suas mensalidades bonificadas por estarem na área de residência da piscina, e os não residentes, por exemplo do Lumiar, viram as suas mensalidades agravadas o que originou, para alguns, a necessidade de desistir das atividades ali efetuadas.-----

----- No caso do Lumiar, Senhor Vereador, falamos de freguesias que viram a sua piscina ser destruída restando-lhes a opção da Piscina Municipal da Ameixoeira, uma vez que o outro equipamento existente, a piscina do Campo Grande, encontra-se inativa há vários anos.-----

----- Face ao exposto, Senhor Vereador, importa que esclareça a Assembleia, e os munícipes em particular, se o Município acautelou uma norma de fixação dos preços das taxas a praticar no sentido de todos os lisboetas terem, à semelhança do passado recente, as mesmas condições de acesso.-----

----- Por outro lado, que medidas serão tomadas pelo Município para resolver estas situações de manifesta injustiça?”-----

----- **O Senhor Vereador Jorge Máximo:**-----

----- “O plano de pavimentação, eu estou um pouco surpreso em relação ao que referiu, porque já me disponibilizei várias vezes. Este plano, como sabe, foi apresentado e está a ser escrupulosamente cumprido, como já expressei várias vezes e já me disponibilizei para ir à Quinta Comissão da Assembleia Municipal e não tenho qualquer problema de o fazer, até porque estou bastante empenhado na sua concretização. Aliás, toda a política de repavimentação está a ser feita de acordo com este plano, que foi de facto apresentado em reunião de Câmara e, logo que entenderem, poderei vir apresentá-lo com mais detalhe à Quinta Comissão.-----

----- De resto, a maior parte dos Presidentes de Junta tem acesso e aqueles que me têm pedido, tenho prestado essa informação relativamente ao cronograma financeiro de todas as intervenções que temos projetadas.-----

----- De referir que este plano de repavimentação tem duas componentes. Uma de execução do próprio plano, com as tais 200 ruas, mas também tem previsto o desenvolvimento informático que permite gerir proactivamente no futuro toda a componente de pavimentos da cidade.-----

----- Estou disponível se o grupo municipal do CDS assim entender. Diz que fez um requerimento, não tenho aqui nota se já chegou, mas terei todo o prazer em disponibilizar esses dados. Não vejo qualquer problema em fazê-lo.-----

----- Relativamente às obras na Avenida Rovisco Pais, como também é do conhecimento, o que aconteceu foi que a obra foi adjudicada a uma empresa que ganhou um concurso público na forma como está prevista na Lei e, apesar das nossas múltiplas tentativas, o empreiteiro veio confirmar que se mostrava incapaz de executar a obra, já depois dela ter sido adjudicada. Não havia hipótese de fazer o despacho desta obra já quando nós tivemos essa evidência. É algo a que somos completamente alheios, lamentamos ter acontecido isto.-----

----- Trata-se de uma obra que tem cofinanciamento e participação do Metropolitano e neste momento estamos já a lançar um novo procedimento de concurso para uma nova empreitada, já com novos modelos de cadernos de encargos que estamos a desenvolver para que se evitem de uma vez por todas os problemas que tivemos no passado. Estamos a desenvolver novos cadernos de encargos para possibilitar que a próxima obra já possa decorrer de forma regular.-----

----- Eu presumo que rapidamente este processo possa ser resolvido, ainda que com o lançamento de um novo concurso.-----

----- Dar nota que aproveitámos também para fazer algumas melhorias no projeto, mas são coisas circunstanciais ao processo e que não têm grande relevância.-----

----- Finalmente, sobre as taxas dos equipamentos desportivos e a diferenciação entre fregueses. Falou aqui no caso da piscina de Santa Clara e a informação que eu tinha era de que isso tinha acontecido na piscina do Rego. Tenho que confirmar se em Santa Clara aconteceu o mesmo ou não.-----

----- Como sabem, quando se fez a reforma administrativa tinha-se previsto que esses equipamentos cuja gestão foi transferida para as Juntas de Freguesia, pressupunha-se que as Juntas de Freguesia iriam ser responsáveis pela gestão desses equipamentos nos termos previstos na própria Lei. As Juntas de Freguesia são entidades juridicamente autónomas e têm órgãos deliberativos que têm que aprovar os regulamentos de taxas. -----

----- Eu ainda não tenho dados concretos sobre estas situações, sei que a piscina do Rego teve de facto essa situação, nas Avenidas Novas, também no Restelo e no Lumiar, na Estrela também houve aumentos de taxas, mas eu ainda não tenho dados concretos que possa avaliar sobre isso. Só dar nota que foram decisões tomadas pelos órgãos deliberativos destas autarquias e, portanto, relativamente a estas matérias vamos ver até que ponto temos legitimidade de intervir para a regulação de alguns preços desses equipamentos.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV):**-----

----- “Nesta sessão de perguntas à CML «Os Verdes» gostariam de começar por abordar as condições de trabalho dos trabalhadores do edifício situado na Rua Alexandre Herculano, que entregaram nos Paços do Concelho dois abaixo-assinados para reivindicarem melhores condições. Um deles refere-se às queixas devido às avarias sistemáticas nos elevadores de serviço do edifício de oito andares e, também segundo os funcionários, nos aparelhos de ar condicionado, atingindo-se no verão 40 graus dentro das salas.-----

----- O edifício estará sobrelotado, por ali funcionarem os gabinetes de dois vereadores, mais dois pisos cedidos à Junta de Freguesia de Santo António, mais os cerca de 170 funcionários afetos às Direções Municipais de Mobilidade e Transportes e da Educação, Juventude e Desporto.-----

----- Consta que há cerca de um ano a Autoridade para as Condições de Trabalho visitou o edifício, mas o município ainda não resolveu as situações pendentes. Haverá falta de pessoal na cozinha, salas que estavam equipadas com micro-ondas e outros equipamentos, mas estes espaços foram desocupados e transformados em escritórios, não havendo agora espaços apropriados para os trabalhadores que levam as suas refeições de casa. Existia ainda um bar no piso do refeitório que encerrou e era utilizado pelos signatários e aposentados que o frequentavam com regularidade. -----

----- Pergunta-se:-----

----- Procedeu entretanto a CML às necessárias vistorias técnicas ao edifício? -----

----- Qual o motivo para o atraso na resolução das referidas condições de trabalho?-----

----- Tem o Executivo previstas empreitadas que permitam solucionar estes problemas?-----

----- O segundo tema que trazemos prende-se com o orçamento municipal e com um aspeto fulcral: a contratação de pessoal.-----

----- Segundo o mapa de pessoal de 2014, a CML tinha 9.445 postos de trabalho ocupados e 982 vagas.-----

----- Sabemos que a solução está longe de ser pacífica para a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, mas o Orçamento do Estado para 2015 poderá permitir

desbloquear as contratações de pessoal nas autarquias que tenham um endividamento inferior a 1,5 vezes a média das receitas dos últimos três anos. Ou seja, as câmaras que não estejam endividadas vão poder contratar conforme tenham gastos com pessoal superiores ou inferiores a 35%, tendo essas novas contratações de passar pelas assembleias municipais.-----

----- Há, assim, municípios que poderão admitir trabalhadores, desde que garantam que a sua massa salarial não aumenta, com as eventuais admissões a depender da saída de trabalhadores, designadamente, por aposentação. Mas não só, e tal é precisamente o caso de Lisboa. -----

----- Acontece que na capital transitaram da Câmara Municipal para os quadros das freguesias largas centenas de trabalhadores. Logo, a CML dispõe atualmente no seu mapa de pessoal de 2014 inúmeros lugares vagos numa categoria e dramáticas carências de pessoal noutras áreas profissionais. -----

----- Uma das soluções para resolver este desequilíbrio poderá passar pela migração horizontal entre vagas nas carreiras do mapa de pessoal do município, considerando que, deste modo, a massa salarial não aumenta. Haverá é apenas uma redistribuição de vagas para as carreiras mais carenciadas. -----

----- Desta forma, o que «Os Verdes» pretendem saber é:-----

----- Se pondera o Executivo estudar a viabilidade da transferência de vagas destas carreiras e categorias para aquelas onde é mais premente o seu preenchimento para um bom desempenho na qualidade dos serviços a prestar aos munícipes, já em Janeiro de 2015?-----

----- Se sim, para que carreiras profissionais? Para a higiene urbana? Para jardineiros? Para calceteiros? -----

----- Deste modo, a partir de 2015 deixaria de haver desculpas para o incumprimento da prestação de serviços públicos ou o infundável recurso à externalização com novos contratos a privados.-----

----- Gostaríamos ainda de obter um esclarecimento por parte do Executivo: o orçamento municipal para 2015 foi ontem apresentado, contendo a introdução de uma taxa turística. Mas podemos estar aqui perante um problema: se uma taxa pressupõe uma contrapartida, ou seja, um pagamento de uma prestação de um serviço, não será esta taxa afinal um imposto? E se assim for, terá a Câmara legitimidade para o criar? Como explica então a Câmara esta situação?-----

~----- A terceira questão está relacionada com o Parque Florestal de Monsanto e o edifício Panorâmico.-----

----- A verdade é que na última sessão de declarações políticas levantámos aqui esta e outras questões, mas o Senhor Vereador optou por responder apenas parcialmente, razão pela qual optámos por trazer novamente este tema, na esperança de hoje não sairmos daqui sem resposta.-----

----- O edifício Panorâmico de Monsanto é considerado uma das obras maiores do período moderno em Portugal, com uma localização e vista privilegiadas sobre a Cidade de Lisboa, com uma arquitetura inovadora para a época, representando ainda

património municipal e histórico que importa preservar, contrariando a sua atual situação de abandono e de futuro incerto. -----

----- Relembramos que em Abril «Os Verdes» apresentaram uma recomendação no sentido da requalificação deste edifício, que foi aprovada por todos os Senhores e Senhoras Deputadas Municipais desta Assembleia, e cuja deliberação recomendava que o Executivo desenvolvesse esforços no sentido de procurar uma solução integrada para o Panorâmico, que viabilizasse e preservasse aquele espaço, e que, mediante a solução encontrada para o edifício, esta não o viesse adulterar em termos arquitetónicos, decorativos ou de volumetria. -----

----- O que pretendemos saber é: -----

----- Por que razão não existe ainda nenhuma intervenção da autarquia para a recuperação e reabilitação do Panorâmico de Monsanto, que impeça a sua degradação?-----

----- Que soluções foram já estudadas?-----

----- E que projetos tem a Câmara para intervir neste edifício, de acordo com os pressupostos que acabámos de referir?-----

----- A quarta questão que gostaríamos de colocar é igualmente sobre Monsanto, mas agora sobre a vigilância deste espaço. -----

----- Todos reconhecemos a importância do Parque Florestal de Monsanto e sabemos também que este deveria ser um exemplo de conservação e proteção da natureza, pelo menos em teoria. Na prática, também sabemos que não é bem assim que funciona. -----

----- Ora, a vigilância e segurança dos espaços verdes de Lisboa submetidos ao regime florestal, como Monsanto, estão a cargo dos guardas florestais. -----

----- A verdade é que é difícil ver-se patrulhas fora das horas de expediente, portanto fora do período entre as 9h e as 17h30 horas, durante a semana, o que será manifestamente insuficiente e o que nos leva a crer que fora deste horário o parque se encontra desprotegido, situação que é inaceitável.-----

----- Pelo que perguntamos: -----

----- Qual o número de efetivos que fazem a vigilância de Monsanto e em que horário?-----

----- Qual o número de guardas florestais previsto no mapa de pessoal? -----

----- De quantas viaturas dispõem os guardas florestais? E quantas estão operacionais?

----- E se a Câmara Municipal considera que a vigilância que está a ser efetuada ao Parque Florestal de Monsanto é suficiente e adequada? -----

----- O quinto tema de perguntas que temos é sobre o Jardim Botânico de Lisboa, que se encontra classificado como Monumento Nacional desde finais de 2010, beneficiando automaticamente de uma Zona Geral de Proteção. -----

----- Esta classificação do Jardim Botânico de Lisboa, sendo o único do género no país com tal distinção, implica que o município, em parceria com os serviços da Administração Central, nomeadamente com o IGESPAR e a Direção Regional de Cultura, elabore um Plano de Pormenor de Salvaguarda para a área a proteger, com o objetivo específico de definir estratégias e regras orientadoras para a preservação e valorização do património cultural existente na sua área de intervenção. -----

----- Atualmente, o Jardim Botânico possui uma insuficiente manutenção e tem espaços bastante degradados e importa dizer que, em 2012, foi celebrado um protocolo entre o Município e a Universidade de Lisboa, onde a Câmara se comprometeu a promover junto dos órgãos municipais competentes a aprovação de um subsídio anual consagrado à manutenção, valorização e funcionamento do Jardim Botânico e, em 2013, o projeto “Jardim Botânico de Lisboa, Proteger, Valorizar e Promover” foi o vencedor do Orçamento Participativo, tendo-lhe sido atribuídos 500 mil euros.-----

----- Assim, pretendemos saber: -----

----- Em que fase se encontra a elaboração do Plano de Pormenor de Salvaguarda do Jardim Botânico de Lisboa? E para quando a sua discussão pública? -----

----- Para quando a aprovação pela CML deste subsídio anual, tal como se comprometeu no protocolo que assinou com a Universidade de Lisboa? -----

----- Para quando está previsto o arranque das obras de execução da reabilitação dos caminhos da água, do sistema de rega e a recuperação das cisternas existentes no Jardim Botânico de Lisboa resultante das verbas do Orçamento Participativo de 2013? -----

----- Passando ao sexto tema: uma das responsabilidades do município é aprovar planos de ação baseados nos mapas estratégicos de ruído, de modo a prevenir e reduzir o ruído ambiente sempre que necessário e em especial quando os níveis de exposição forem suscetíveis de provocar efeitos prejudiciais para a saúde e de preservar a qualidade do ambiente acústico. -----

----- Ora, no final de 2010, a Assembleia Municipal aprovou os Mapas Estratégicos de Ruído para a Cidade de Lisboa, proposta que continha apenas os Mapas de Ruído, não estando incluídos os Planos de Ação legalmente previstos. O Executivo comprometeu-se a apresentar, com a maior brevidade, os Planos de Ação em falta pois, por si só, os Mapas de Ruído são inconsequentes. -----

----- Perguntamos, então: -----

----- Em que ponto de situação estão estes Planos de Ação, uma vez que a consulta pública terminou no final de Janeiro? -----

----- O sétimo e último tema é sobre o Programa B.a.Bá “Programa de Desenvolvimento de Creches em Lisboa”, que foi estabelecido como uma medida prioritária no programa de governo da cidade, no âmbito das atribuições e competências do Município em matéria de ação social. -----

----- Estas creches, inseridas numa política de serviços de proximidade centrada na resposta às necessidades e expectativas dos munícipes, são geridas pelas instituições da área da Economia Social, ainda que permaneçam como parte da rede pública. -----

----- No sentido de operacionalizar este programa foi assinado um memorando de entendimento entre a CML, a União das Mutualidades Portuguesas, a União das Misericórdias e a União Distrital das IPSS, tendo as propostas de cedência sido aprovadas na reunião de CML do dia 24 de Julho de 2013. -----

----- De acordo com todas aquelas instituições, a CML ter-se-ia comprometido a garantir o apoio financeiro necessário pelo menos durante dois anos. Porém, apenas passado um ano, com a Proposta nº 398/2014, a CML propôs-se alterar

unilateralmente os termos do contrato de arrendamento não habitacional das Creches B.a.Bá, reduzir a percentagem destinada às crianças carenciadas de 25% para 20%, com o argumento de, para assegurar o funcionamento destas infraestruturas, as instituições gestoras teriam de fazer uma candidatura à Segurança Social. -----

----- Esta AML já aqui aprovou por unanimidade uma recomendação para a salvaguarda da missão social das Creches B.a.Bá. Conhecendo-se a posição da CML, o que “Os Verdes” perguntam hoje é: -----

----- Considera ou não o Executivo que, rasgando uma das suas bandeiras eleitorais, está a defraudar as famílias mais carenciadas? -----

----- Em que pé se encontram as negociações entre a CML, a Segurança Social e as instituições que gerem as creches? -----

----- Entretanto, assume ou não a CML os compromissos com as IPSS’s, apoiando-as nas candidaturas aos Acordos de Cooperação com a Segurança Social para que o problema seja correta e definitivamente resolvido? -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara:** -----

----- “Sobre o edifício da Alexandre Herculano, na parte relativa à sobrelotação, foi hoje mesmo feita uma avaliação que não concluiu por haver sobrelotação. De qualquer das formas, irá ser repetida para termos uma apreciação definitiva sobre o tema. -----

----- Gostava de lhe referir em segundo lugar as questões que levantou relativamente às contratações de pessoal e esclarecê-la quanto à situação da Câmara de Lisboa. A proposta de Lei do Orçamento vem facultar as admissões para as câmaras que, não estando em situação de sobrendividamento, tenham um ratio de despesas com pessoal inferior a 35% da receita corrente dos três últimos anos. Ora, aplicando esse critério, a CML, apesar das fortes reduções no número de efetivos ao longo dos últimos anos, ainda se encontra acima e mesmo que utilizássemos unicamente o indicador relativo às despesas com pessoal face à receita corrente que estará no Orçamento do próximo ano, como verão são despesas com pessoal inferiores às do ano passado e receita corrente superior à do ano passado, ainda assim a CML apresenta um ratio ligeiramente superior, na casa dos 36%.-----

----- A CML não está em situação de sobrendividamento, está perfeitamente dentro dos limites normais, mas não se encontrará ao abrigo da faculdade de aumentar o volume da despesa. Encontra-se numa obrigação legal o volume da despesa até aos 35% da sua receita corrente.” -----

----- O Senhor Vereador Carlos Castro: -----

----- “Para indicar que em relação à questão do restaurante panorâmico eu estou a trabalhar diretamente com o Vereador Jorge Máximo numa proposta e, assim que a tivermos pronta, faremos a sua devida apresentação.-----

----- Relativamente à segurança do parque, devo informar que os polícias florestais operam no Parque Florestal de Monsanto e noutros espaços verdes da Cidade de Lisboa 24 horas por dia e, portanto, estamos a desenvolver um trabalho constante de aumento de segurança. -----

----- Aproveito também para informar a Senhora Deputada Municipal da existência de uma comissão florestal, que além de envolver serviços municipais, também envolve a GNR, a PSP, o Exército e o Instituto de Conservação da Natureza e da Floresta. Portanto, estamos a trabalhar em prol do Parque Florestal de Monsanto, não está esquecido e, pelo contrário, está a ser salvaguardado.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado:** -----

----- “Sobre o Plano de Ruído, só muito rapidamente explicar que entre 12 de dezembro e 28 de janeiro proposta de plano esteve em consulta pública, depois foi feita a ponderação dos resultados da consulta pública. Ultimamente tem havido reuniões entre os Vereadores do Executivo e os Vereadores da oposição, nomeadamente para integrar um novo capítulo sobre o ruído das atividades noturnas e como atenuar o seu efeito. Uma proposta também para se estudar a possibilidade de introduzir barreiras vegetais como barreiras acústicas e que está a ser ponderado neste momento para levar a versão final do plano à Câmara e posteriormente vir para a Assembleia Municipal.” -----

----- O Senhor Vereador João Afonso:-----

----- “As creches BA.ba são uma prioridade deste Executivo e continuarão a ser, as que estão em processo de conclusão e outras que espero que venha a ser possível concretizar com o apoio e acordos da Segurança Social. -----

----- Nós temos estado a articular entre Segurança Social e as várias IPSS os pedidos de licenciamento e pedidos de apoio, apoios de parceria. A Segurança Social não irá fazer acordos de parceria a 100% e creio que é uma política em geral, mas de facto o apoio também não é necessário a 100%. Esperamos que em breve esteja resolvido, quer aquelas que iniciaram já em 2013, como resolva toda a situação relativamente a 2014 e que se tenha condições para 2015. -----

----- Todas elas estão a funcionar e esperamos que o objetivo vá de encontro às expectativas dos municípios. -----

----- Sobre a alteração de contrato, não era um proposta unilateral, era uma proposta negociada e discutida com todos os parceiros. Infelizmente não foi aprovada em julho e foi agora feita uma outra alteração, mantendo a cláusula dos 25%, mas o essencial que assegurava as melhores condições e as respostas das instituições está agora no novo contrato que irá ser assinado com aquelas que ainda não assinaram, nomeadamente a Voz do Operário, mas poderá ser assinado pelas outras IPSS se elas o desejarem. Creio que salvaguarda algumas questões que o anterior contrato, do ponto de vista do equipamento do serviço de creches, não salvaguardava todas as condições para os gestores.” -----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes:** -----

----- “Em relação ao Jardim Botânico, o plano de salvaguarda está a ser preparado com a Universidade, mas o mais importante talvez seja mesmo o projeto que está quase a ser finalizado, de acordo também com aquilo que resultou do Orçamento Participativo. Julgamos que em janeiro ou fevereiro temos o projeto de execução completo para recuperar precisamente os lagos, alguns dos caminhos e a cisterna que a

Senhora Deputada Municipal falou, para depois lançarmos o concurso e realizarmos a obra. -----

----- Acho que vai haver boas novidades para o Jardim Botânico em breve, nomeadamente com o lançamento do concurso para o ano. -----

----- Em relação ao ruído, queria aqui também assinalar, porque é um facto bastante importante, que no ano 2000 estava 50% da população sujeita a decibéis acima do legalmente aceite e hoje em dia fizemos uma redução de cerca de 30%. Neste momento temos 20% da população exposta a níveis superiores aos 65 decibéis, nomeadamente à noite, durante o dia é bastante menos. Há aqui uma evolução absolutamente positiva, uma vez que descemos 30% num espaço relativamente curto estes números. -----

----- Depois o plano de ação, como o Senhor Vereador acabou de explicar, irá permitir ter outras medidas que atenuam estes efeitos. -----

----- Há dados absolutamente impressionantes do resultado de algumas medidas que o Executivo tomou, nomeadamente na Baixa, em que os níveis de ruído baixaram drasticamente na Rua da Madalena, na Rua do Ouro, na Rua da Prata. Foram absolutamente extraordinários, no sentido dos benefícios em relação ao ruído, mas também em relação à poluição atmosférica enormes. -----

----- As medidas que tomámos em termos de tráfego nesta zona e outras medidas foram de facto muito positivas para estes dois fatores ambientais de grande relevância e que nós estamos a melhorar em todos os parâmetros, quer no ruído, quer na poluição atmosférica, muito devido a este tipo de atuação que estamos a desenvolver.” -----

----- **O Senhor Vereador José Moreno (PNPN)**, Presidente da Junta de Freguesia do Parque das Nações: -----

----- “Quatro perguntas muito diretas à Câmara Municipal de Lisboa: -----

----- Para quando se prevê a recuperação do equipamento de mobiliário urbano do Parque do Tejo? -----

----- Para quando se prevê a recuperação do separador central da Alameda dos Oceanos, mais vulgarmente conhecido por passadiço de madeira, junto aos vulcões de água; -----

----- Para quando se prevê a pavimentação do troço central da Alameda dos Oceanos? Ou seja, entre a porta norte e a rotunda mais conhecida como a rotunda da Sport TV. --

----- Para quando se prevê a construção da tão prometida ligação entre a Rua Conselheiro Lopo Vaz e a Estação do Oriente? Já foi prometido, como já foi dito várias vezes nesta Assembleia, pela CML, que seria feita no primeiro trimestre de 2014. Estamos no final do ano e gostaria de ter um balanço da situação, saber qual é neste momento a previsão atualizada dessa construção que faz ali muita falta.” -----

----- **O Senhor Vereador Jorge Máximo:** -----

----- “Relativamente à questão dos passadiços, têm vindo a ser intervencionados, como é visível já no local. Temos neste momento já em curso mais dois procedimentos para avançarmos com a requalificação das outras componentes. Brevemente estarão adjudicados e serão arrançados. Agora, exatamente datas não

tenho aqui em pormenor, mas depois poderei transmitir como é que está o ponto de situação relativamente a esses procedimentos.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia:**-----

----- “Penso que não ficaram respondidas todas as questões, mas depois o Senhor Deputado Municipal José Moreno poderá formulá-las sob a forma de requerimento, para ter uma resposta mais concreta.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND):**-----

----- “Trago em nome dos Independentes uma questão para o Vereador Carlos Castro e, não querendo ser indelicados, mas já o Deputado Municipal António Arruda fez uma pergunta neste sentido. Referimo-nos a 20 mil ocorrências, 70 por dia, ou seja o Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa.-----

----- Da audiência que nos foi pedida pelo Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais e do dossier por eles entregue, elencámos um conjunto de questões sobre as condições logísticas e operacionais. Gostaríamos, no fundo, de um ponto de situação relativo a:-----

----- Quadro orgânico dos 800 bombeiros. Dizem-nos que há 800 bombeiros no ativo e estão previstos 1112. Relativamente às chefias, há apenas um chefe e deviam ser sete. Não há concurso desde 2007/2008. Relativamente aos recrutados, há uma promessa de entrada anual de 59 elementos, que eles creem ser manifestamente insuficiente por causa do plano de reformas, no fundo a idade média dos atuais elementos.-----

----- Relativamente ao parque automóvel, vimos claramente no documento que nos foi entregue que este parque automóvel está muito envelhecido. A sugestão da parte deles, que nos pareceu acolhível, a possibilidade de haver um fundo de emergência. ---

----- Finalmente, *last but not least*, as instalações. Senhor Vereador, como é que está a evoluir o processo de reabilitação do edificado? Porque nalguns casos são gritantes as condições de insalubridade e de não habitabilidade que estes profissionais vivem no seu dia-a-dia.”-----

----- **O Senhor Vereador Carlos Castro:**-----

----- “Respondendo de forma objetiva, até porque temos pouco tempo, de facto o nosso quadro prevê pouco mais de 1100 elementos. Nós neste momento já temos na casa dos 800.-----

----- Como o Senhor Vice-Presidente já teve oportunidade de referir, foi aprovado e é amplamente conhecido, vamos iniciar a recruta de 50 elementos. Aliás. É importante que estas recrutadas não se façam de forma massiva, mas de forma mais reduzida, no sentido de formar melhor os bombeiros. Estamos a falar de uma função muito específica.-----

----- Em termos do parque automóvel, iremos levar amanhã a reunião de Câmara uma proposta no sentido de esgotarmos o QREN ainda em vigor para obtermos novas viaturas.-----

----- Relativamente às instalações, como disse já ao Senhor Deputado Municipal do MPT, temos bem encaminhados os dois novos quartéis, quer do Arco do Cego, quer o quartel do Martim Moniz. Naturalmente que os outros quartéis que não serão alvo de

mudança vão ser alvo de intervenção e estou a articular isso diretamente com o Vereador Jorge Máximo. -----

----- Aproveito para dizer que na semana passada, fruto de uma atitude muito louvável da Fundação GALP e do empenho da Junta de Freguesia de Alcântara, foi recuperada grande parte do quartel do Alto de Santo Amaro. Nós estamos a fazer este trabalho no sentido de dotar o Regimento das melhores condições possíveis e que os sapadores bombeiros tenham todas as condições porque merecem no dia-a-dia, face aos números que avançou e muito bem, porque eles são realistas. Eles merecem a maior solidariedade e reconhecimento.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Cardoso (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica: -----

----- “Tenho duas questões que gostava de trazer à Mesa, porque são no nosso entender bastante relevantes. -----

----- O Museu do Brinquedo encontra-se encerrado. Outrora localizado em Sintra, tem atualmente um espólio em armazém e uma coleção de brinquedos que conta com cerca de 60 mil peças. Tem interesse didático e cultural, porquanto representa a história da humanidade desde o século XVII à atualidade. -----

----- Desperta memórias figuradas em várias gerações. Ao longo do seu funcionamento recebeu mais de 900 mil visitantes e, portanto, tem potencial para se enquadrar num universo da oferta turística de Lisboa e captar especialmente o interesse das famílias que nos visitam. -----

----- Conhecendo o interesse revelado pela CML em identificar um espaço da cidade que pudesse acolher toda a coleção, o grupo municipal do PS questiona: qual tem sido a evolução do diálogo com os proprietários do museu para concretizar este interesse? Se porventura se pode equacionar o projeto de envolvimento no Jardim Zoológico, na realocação do Museu do Brinquedo no seu perímetro, requalificando algumas áreas subaproveitadas que aí existem e criando um novo espaço de interesse para os milhares de visitantes, entre os quais grupos de escolas que aí se deslocam durante o ano. -----

----- A segunda questão tem que ver com a unidade de execução das Furnas. No passado 25 de setembro a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica deliberou aprovar por maioria uma moção que, em síntese, propõe à Câmara que confira celeridade na conclusão do processo negocial que envolve a consolidação dos direitos dos proprietários particulares de parcelas abrangidas pela unidade de execução das Furnas e conclua o loteamento do espaço. Que confira celeridade na conclusão dos processos de realocação do canil/gatil gerido pela União Zoófila. Que a Câmara promova a concessão e construção de infraestruturas e equipamentos adequados ao uso projetado para o espaço destinado ao domínio público, privilegiando a ligação pedonal e ciclável entre as zonas sul/poente do Bairro das Furnas e a Praça Marechal Humberto Delgado. -----

----- A dinamização da unidade de execução das Furnas é fundamental para requalificar um espaço urbano em enorme potencial de interligação de usos habitacionais, estabelecimentos de saúde e de apoio a idosos, uma escola de ensino

básico, uma associação desportiva, o edifício da atual Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica.-----

----- É sobretudo uma oportunidade única de promover uma ligação pedonal e ciclável entre o Bairro das Furnas e a Praça Marechal Humberto Delgado, contribuindo para a coesão social da Freguesia e para aumentar a valorização do espaço público numa zona expectante há várias décadas.-----

----- Neste contexto, deixo aqui estas perguntas:-----

----- Quais as medidas e prazos previstos para a plena implementação da unidade de execução das Furnas? -----

----- Quais as perspetivas de integração deste instrumento de gestão territorial com a projetada requalificação da Praça Marechal Humberto Delgado?”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara:** -----

----- “Relativamente à primeira questão, de facto os proprietários do Museu do Brinquedo comunicaram-nos a sua intenção de descontinuar a sua atividade no Concelho de Sintra e que estariam interessados em prosseguir a atividade no Concelho de Lisboa. Trata-se de uma coleção privada e o que o Município de Lisboa disse é que veria com interesse, se fosse essa a vontade dos proprietários, que pudessem instalar-se no Concelho de Lisboa.-----

----- Até agora não foi possível da parte do Município identificar nenhuma instalação adequada para o efeito, visto que uma das instalações que nos pareceu adequada e que os próprios estavam interessados está hoje sob a gestão de uma Junta de Freguesia e essa Junta de Freguesia não considerou de bom uso a localização do Museu do Brinquedo. -----

----- A sugestão que apresenta é interessante, acontece porém que o Jardim Zoológico é também uma entidade privada. Portanto, se os proprietários do Jardim Zoológico e os proprietários do Museu do Brinquedo se entenderem, parece-me muito bem, mas aí não vejo como é que o Município possa ter qualquer interferência, visto que são duas entidades privadas.-----

----- Se o Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia se lembrar de algum espaço na sua Freguesia ou noutra, visto que não tem necessariamente que ser na sua Freguesia, algum espaço municipal em que veja ter boas condições para poder acolher o Museu do Brinquedo e nos quiser avivar as ideias, visto que até agora a nós não nos ocorreu nenhuma ideia, nós estamos totalmente disponíveis porque nos parecia algo bastante interessante para a Cidade de Lisboa.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado:** -----

----- “Em relação à pergunta sobre a unidade de execução das Furnas, sinteticamente a situação é a seguinte: em 1991 foi celebrado um acordo entre o Município de Lisboa e a família Calheiros, em que o Município, como contrapartida de cedência do terreno para a construção do Eixo Norte-Sul, se comprometeu a ceder um terreno com uma capacidade de edificabilidade de 10325 metros quadrados. -----

----- Por outro lado, havia também um compromisso para a instalação dos Bombeiros Voluntários Lisbonenses, compromisso esse que foi resolvido com uma transferência

para novo terreno junto à estação do Rêgo, que foi aprovado nesta Assembleia em 1 de julho de 2014.-----

----- Continua pendente uma situação por resolver, que é a situação do canil/gatil da União Zoófila, que está instalado desde 1962 sem título. Inicialmente tinha um título precário, que caducou em 1990. Ocupa 4600 metros quadrados e não tem sido fácil conseguir junto desta entidade encontrar o local alternativo, porque não parece muito disposta a sair deste local-----

----- A proposta da unidade de execução, foi aprovada em Câmara a proposta de delimitação em 10-10-2012. A negociação com a família Calheiros foi bastante dura e prolongada, mas está em vias de ser concluída e esperamos que dentro das próximas semanas entreguem os últimos documentos para se celebrar o acordo. -----

----- A solução urbanística já foi apresentada na Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica no mandato anterior e prevê na zona de transição com o Bairro das Furnas edifícios de cinco pisos e na zona mais perto da Praça de Sete-Rios, Praça Marechal Humberto Delgado, uns edifícios mais altos. -----

----- O índice é relativamente baixo, é um índice de 09. Há muito espaço que fica verde, até por causa das condições de ruído geradas pelo Eixo Norte-Sul. -----

----- De qualquer modo, esta concretização da unidade de execução tem esta dificuldade e é necessário encontrar uma solução alternativa para o canil/gatil.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pedreira (PSD):**-----

----- “São quatro temas com algumas alíneas e tentarei ser o mais breve possível. -----

----- Depois de várias vicissitudes, inclusivamente com uma petição pública contra a construção do estacionamento subterrâneo no Campo das Cebolas e até de um parecer negativo desta Assembleia Municipal, a Câmara insistiu com nova proposta para proceder a essa construção indiferente ao facto de se tratar de uma praia fluvial e área de concentração de escorrências pluviais provenientes da colina do Castelo, assim como à existência de um magnífico palmeiral e significativa zona ajardinada e de lazer público. A propósito destes termos, fazem-se as seguintes perguntas:-----

----- Já estão feitos os estudos ideológicos que demonstrem a que profundidade mínima e máxima a partir da cota de soleira se encontra a superfície freática? -----

----- Já se determinou e em que medida ficará submersa alguma parte do bloco constitutivo desse estacionamento subterrâneo? Tendo até em conta que o nível freático das águas é parcialmente visível na parte museológica da Casa dos Bicos, claramente um metro abaixo da soleira desse museu. -----

----- Comparativamente à situação anterior, sabe-se já qual a parte do Campo das Cebolas em termos percentuais que será área verde ou arborizada? -----

----- Qual é exatamente o estado atual da obra? Se não se consegue vislumbrar de fora, qual é o estado exato? -----

----- Está já estabelecido o protocolo ou acordo equivalente com a Marinha para a partilha ou cedência da Doca da Marinha para exposição de navios históricos, ou conhecem-se os seus contornos? E quais são esses navios e sob quais critérios? -----

----- A Sociedade Frente Tejo e depois a Câmara Municipal procederam a relevantes transformações na zona ribeirinha da cidade, nomeadamente na Ribeira das Naus,

sendo notório que essas transformações tiveram em pouca conta o contexto histórico desses locais, preocupando-se aparentemente mais em estabelecer uma estética arquitetónica que se pretendeu depurada, privilegiando o seu desenvolvimento na parte de horizonte se vistas muito fortemente virado para o aspeto turístico e na parte urbana para uma gentrificação; -----

----- Sendo também evidente o elevado investimento realizado no local, em flagrante detrimento de outro tipo de alternativa de dispêndios, preferencialmente de carácter social; -----

----- Pergunta-se: -----

----- Porque é que não foram tidos em devida conta as condicionantes de mobilidade como definidas no plano de acessibilidade pedonal aprovado por aclamação nesta Assembleia Municipal? -----

----- Porque é que não foram instalados pisos táteis, semaforização acústica, pavimentos de interseção e de atravessamento roláveis ou quaisquer outros meios que a tecnologia providencia para garantir a mobilidade e acessibilidade aprovadas por esta Assembleia? -----

----- Estando já muito desenvolvida a polémica relativa às enchentes repentinas que assolam Lisboa e que o Senhor Presidente da Câmara afirma inevitáveis, suscita grande preocupação nesse contexto a situação das pessoas sem-abrigo que poderão encontrar-se ainda em maiores trabalhos e dificuldades e até em perigo físico; -----

----- Pergunta-se: -----

----- Conhece já a extensão exata do flagelo social de pessoas sem-abrigo em Lisboa? -

----- Quando disporá o Município de Lisboa de um hotel social ou de outras instalações equivalentes que permitam recolher e proteger todas essas pessoas em vez de as submeter às inclemências climáticas, ou à entrada em instituições que, por muito boas intenções que tenham, permitem a livre disseminação de consumos que exponenciam as dificuldades por que passam essas pessoas? -----

----- Recentemente foi inaugurado um percurso pedonal pela Cerca Velha de Lisboa, que permite ao visitante um vislumbre aqui e acolá dessa muralha e dos seus torreões e que representam um acréscimo civilizacional na nossa cidade, contribuindo para a sua valorização e proteção do seu mais relevante património. Muito resta, porém, fazer para melhorar o acesso às partes existentes e até para a sua conservação, assegurando que outros troços não venham a desaparecer ou ficar inacessíveis por razões de inconsideradas operações imobiliárias. -----

----- É por outro lado notável, e cabe aqui sublinhar, o empenhamento e a alta qualidade dos técnicos municipais e arqueólogos que se dedicaram à sua organização. -

----- Pergunta-se: -----

----- Porque não se aproveita a dinâmica estabelecida com esse novel percurso pedonal para um levantamento exaustivo da Lisboa medieval e renascentista, promovendo a reabilitação e em vários casos refação desses bens patrimoniais únicos?

----- Quando se estabelecerá um programa de promoção desses circuitos urbanos com periodicidade adequada à sua valorização, conservação e limpeza e ao estabelecimento de uma sinalética normalizada que seja apelativa?" -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado:**-----

----- “Em relação ao Campo das Cebolas, estão em curso as sondagens arqueológicas e hidrogeológicas e o relatório ainda não está concluído. As informações preliminares que temos são que o nível freático varia entre 1,70m e 2.0m, dependente do ponto onde é medido. -----

----- O protocolo com a Marinha ainda não está assinado. Há um protocolo que foi negociado com o anterior Chefe do Estado-Maior da Armada, é um protocolo tripartido entre a APL, a Câmara Municipal e a Armada, a Marinha Portuguesa. Prevê que a Doca da Marinha seja parcialmente aberta ao público, com a possibilidade de instalar navios emblemáticos. -----

----- O projeto é o que foi aprovado em reunião de Câmara. Está neste momento a ser desenvolvido e logo que estiver na fase de anteprojecto estabilizado voltará a reunião de Câmara. -----

----- Em relação à Ribeira das Naus, queria recordar que o projeto da Ribeira das Naus foi elaborado no tempo da Sociedade Frente Tejo. Foi desenvolvido respeitando a Lei de Acessibilidade, que é o Decreto-Lei 163/2000, de 8 de agosto. O projeto foi aprovado em sessão pública de Câmara em 26 de maio de 2010, a empreitada de execução foi lançada em 2011 e o Plano de Acessibilidade Pedonal, que apenas foi aprovado por aclamação na Assembleia Municipal em dezembro de 2013, já bastante depois da obra ter sido adjudicada e de uma parte significativa do avanço de margem já ter sido concluído.” -----

----- **O Senhor Vereador João Afonso:**-----

----- “Para a questão que se colocou relativamente aos sem-abrigo, duas respostas breves. -----

----- Há um plano contra as ondas de frio, que todos os anos é atualizado. Foi identificada a situações de maior risco, porque não há a devida atenção pela população em causa. Vão-se habituando, mas há um grau de risco quando se ultrapassa um determinado limite de descida de temperatura, em que facilmente podem entrar em risco da sua própria vida. -----

----- Esse plano é elaborado no âmbito da Proteção Civil com a colaboração do Departamento de Desenvolvimento Social e com os parceiros da rede social e da Cruz Vermelha, que em cada parte assumem as suas responsabilidades. O Departamento de Desenvolvimento Social relativamente aos sem-abrigo, a Proteção Civil prepara o sítio onde se instala esse centro e a Cruz Vermelha assegura as condições de alimentação desse espaço. -----

----- A ideia que temos é alargar o âmbito deste plano a outras situações de risco, nomeadamente as questões de pluviosidade têm tomado proporções que ainda não estamos preparados, mas de resto, em todas as situações que têm ocorrido desta natureza são acionados os mecanismos de emergência junto da Segurança Social e junto dos parceiros, nomeadamente aqueles que gerem os centros de acolhimento e das equipas de rua que nessas alturas reforçam o acompanhamento. -----

----- Até agora não temos tido alertas especiais, nem situações especialmente alarmantes, com as pessoas sem-abrigo nestes momentos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP):**-----

----- “Senhor Vereador Manuel Salgado, em 8 de novembro de 2011 o grupo municipal do PCP apresentou nesta Assembleia uma moção em que, para além de levantar um problema urgente, perguntava à Câmara Municipal qual era o ponto de situação do plano de pormenor da Calçada das Lajes. Essa moção foi aprovada por unanimidade. -----

----- Num ofício de resposta da Câmara quanto a esta questão, em 13-01-2012, o Senhor Vereador Manuel Salgado informou que o plano de pormenor estava a ser desenvolvido pelos serviços municipais, prevendo que no segundo trimestre de 2012 seria possível apresentar a proposta na Câmara Municipal. -----

----- Em 17-02-2014, em ofício dirigido à então Presidente da Assembleia de Freguesia da Penha de França, o Senhor Vereador Duarte Cordeiro informava que a apresentação da proposta de plano de pormenor estava prevista para maio deste ano, seguindo-se a discussão pública e a elaboração da proposta até final de 2014. -----

----- Tendo em conta estes episódios e ofícios da Câmara, perguntamos para quando se prevê a concretização do plano de pormenor da Calçada das Lajes e a sua apresentação à Assembleia Municipal. -----

----- Uma segunda questão também para o Senhor Vereador Manuel Salgado. Na Estrada de Chelas, o estado de degradação do pavimento, as ruínas dos edifícios que outrora acolheram atividades económicas importantes, a acumulação dos lixos, o conjunto de casas camarárias devolutas, o isolamento dos moradores existentes, transforma esta artéria num perigo para a segurança e para a saúde pública. -----

----- Quais as medidas que a Câmara vai tomar para que a Estrada de Chelas seja limpa, para que não continue este perigo para a segurança e a saúde pública?-----

----- Qual é o ponto da situação do plano de urbanização do Vale de Chelas?”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado:**-----

----- “Relativamente ao plano da Calçada das Lajes, o que se passa é que do ponto de vista do desenho do plano, do conteúdo, está pronto. Falta-nos, e isto pode parecer um pouco ridículo, terminar os desenhos das redes de infraestruturas.-----

----- Porque é que isto não está terminado? Porque foi adjudicado a uma equipa exterior à Câmara, um gabinete que entretanto faliu e foi necessário retomar o processo com todas as complexidades que tem a contratação pública. -----

----- Neste momento é a informação que tenho dos serviços, mas confesso que até pelos antecedentes até já me custa comprometer com datas, mas estaria previsto que até março do ano que vem estejam entregues todos os elementos por forma a que o plano possa ir para consulta pública.-----

----- Em relação à segunda pergunta, nós estamos neste momento a proceder à monitorização do plano do Vale de Chelas, porque há muitos aspetos do plano que efetivamente não foram cumpridos. Esse relatório de monitorização do plano do Vale de Chelas é para ficar concluído no mês de janeiro. Está a ser feito um estudo paisagístico de avaliação de todo o Vale de Chelas até à margem do rio e das implicações que tem. -----

----- Por outro lado, na sequência da reunião descentralizada realizada na Freguesia do Beato, está a ser desenvolvido um estudo para delimitar uma área de reabilitação sistemática em torno da Vila Dias e área envolvente. -----

----- **O Senhor Vereador Jorge Máximo:** -----

----- “Só para dar nota, no que se refere aos pavimentos, que está prevista no plano de pavimentação para o segundo semestre de 2015 uma intervenção de 3800 metros quadrados na Estrada de Chelas, junto à ETAR.”-----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro:** -----

----- “Só para referir, no que diz respeito à higiene e limpeza, que foi feita uma visita com a Junta de Freguesia e efetivamente foram identificadas algumas situações. Eu próprio verifiquei no local e não me parece que haja rotinas do ponto de vista da recolha que estejam adequadas à limpeza que eu próprio verifiquei no local. Isto aconteceu na semana passada, sei bem do que falo. Efetivamente há ali pontos que têm que ser revistos do ponto de vista da higiene urbana.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ferreira de Lemos (CDS-PP):**-----

----- “Duas perguntas e um comentário que me suscitou o Senhor Presidente da Câmara.-----

----- A primeira pergunta era dirigida ao Senhor Vereador Manuel Salgado e gostaria de saber o ponto de situação do projeto “Uma praça em cada bairro”, sobretudo com o exemplo do Largo do Leão na Freguesia de Arroios, onde foram retiradas árvores e que não se produziu qualquer melhoria.-----

----- A segunda pergunta, no decorrer de um requerimento que o CDS apresentou já em setembro sobre o finalizar das funções que exercia através de um contrato de prestação de serviços o Regimento de Sapadores Bombeiros no aeroporto de Lisboa. Esta pergunta é dirigida ao Senhor Vereador Carlos Castro.-----

----- Vou-me dispensar de pormenores, porque tem o documento escrito desde setembro e, portanto, gostaria de saber o que é que originou esta quebra na contratualização que existia há 20 anos e que, segundo o que o Presidente da ANA declarou no Parlamento, a Câmara de Lisboa nem sequer respondeu.-----

----- Comentário, aliás decorrente desta pergunta: imaginem, depois de ter ouvido o Senhor Presidente da Câmara, o que é uma prestação de um serviço que tinha 20 anos e que a Câmara tinha através do RSB uma vasta experiência, nem sequer conseguiu competir, vindo agora dizer que tem vantagens enormes em gerir os transportes, onde há pelo menos 40 anos que não exerce essas funções, não tem experiência dessas funções. Será, como diz o Senhor Presidente, que o facto de gerir a via pública, gerir o estacionamento público e gerir a publicidade, lhe dão vantagens comparativas, quando se sabe a ineficiência revelada através do despesismo desta Câmara. -----

----- Por outro lado, no comentário diria ainda que o Senhor Presidente da Câmara passa por cima da autoridade reguladora de mobilidade e transportes que supervisiona a concorrência e regula os preços dos transportes, passa também por cima do contrato de concessão e apenas afirma que pretende uma parceria pública entre administração local e administração central, esquecendo-se também de como é que isso vai funcionar para outras administrações locais, designadamente e recorde aquelas que

têm transportes municipais há muito tempo, como Porto, Barreiro, Coimbra e provavelmente outras. -----

----- Penso que não foi muito feliz nesta explicação, neste comentário que aqui fez hoje o Senhor Presidente, e o que eu retiro é que a Câmara faz e o Estado paga, a Câmara faz mal e o Estado paga muito.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara:** -----

----- “Quanto à primeira questão, creio que já está várias vezes esclarecida. Como o Senhor Deputado Municipal saberá, a CML não é uma empresa e, portanto, não concorre a concursos públicos organizados pela ANA. Os recursos que tínhamos empenhados exclusivamente ao serviço da ANA são recursos da cidade e que são necessários à cidade. Se a ANA decide contratar empresas, contrata as empresas que entender mas a CML, que não é uma empresa nem uma prestadora de serviços, não concorre contra empresas a disputar um concurso da ANA. -----

----- A ANA optou pela abertura de um concurso, fez muitíssimo bem, contratará a empresa que bem entender. Quanto a nós, utilizaremos os recursos que são nossos para proteger a cidade e não para servir a ANA e o aeroporto de Lisboa. É por isso que não nos apresentámos ao concurso. -----

----- Em segundo lugar, com certeza o Senhor Deputado Municipal não leu a proposta que vai à reunião de Câmara, ou não teria dito aquilo que aqui disse. A proposta não é que nós exploremos e que o Estado pague. O que nós dizemos é que aceitamos fazer a gestão das empresas nas mesmíssimas condições que o Governo anunciou que concederia aos privados. -----

----- Aquilo que eu pergunto é o seguinte: por que razão o Estado, se for gerido por um privado, há-de assumir os custos de investimento, se for um privado há-de assumir os custos do fundo de pensão, se for um privado há-de suportar a dívida, se for um privado há-de suportar os investimentos em material pesado, mas sendo a Câmara já não suporta? Então, o Estado está disponível para prestar melhores condições aos privados do que a um município? -----

----- É que o Senhor Deputado Municipal é do partido do Ministro, é gravíssimo. O Senhor Deputado Municipal está aqui a representar o mesmo partido do Senhor Ministro da Economia e a sua intervenção desmascara aquilo que é o pensamento do Governo e do Senhor Ministro sobre os serviços públicos e sobre os serviços de transportes e por isso é que nós amanhã vamos tornar público que se o Governo entregar o Metro e a Carris aos privados não é para defender o interesse dos contribuintes, é por preconceito ideológico e porque é contra o Município de Lisboa e contra a gestão pública do sistema público de transportes. É mesmo para que não tenham desculpas que a proposta vai amanhã à reunião de Câmara, que é para ficar muito claro que conosco o Estado não teria nem mais um cêntimo de custos do que terá com o privado e se os senhores estão tão incomodados é porque de facto estão aqui para servir os privados e não para servir a população do Concelho de Lisboa.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ferreira de Lemos (CDS-PP):** -----

----- “Senhor Presidente, é com muita honra que sou do partido do Senhor Ministro da Economia. O Senhor Ministro da Economia não caiu na esparrela que o Senhor lhe

quis montar, ao anunciar no fim-de-semana, para justificar os aumentos de taxas, que tinha uma solução para Lisboa. Tinha uma solução onde ia certamente, se o Governo fosse ingénuo, responder-lhe que essas taxas eram para melhorar a qualidade do serviço. Não caiu nessa esparrela o Governo e o Senhor teve que ficar com umas taxas que nem sequer são só para turismo.-----

----- Se é para turismo, está também a concorrer com outras empresas que podiam fazer o que esse fundo vai fazer, um centro de congressos.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara:**-----

----- “Senhor Deputado Municipal Ferreira de Lemos, creio que a sua confusão afinal é mais profunda do que aquilo que eu pensava. Afinal não está só confundido sobre o que é que nós propomos da gestão do Metro e da Carris, está também confundido relativamente a uma taxa que foi anunciada ser criada para 2016, que se destina a constituir um Fundo de Investimento Turístico e que não se destina a financiar o Município, nem o Metro, nem a Carris. São temas bastante diferentes.-----

----- Agora voltemos ao tema dos transportes, que é o tema que o levou há pouco a fazer ali uma intervenção. A questão é muito simples, o Senhor Deputado Municipal disse que o que nós propúnhamos ao Estado era nós ficarmos com as empresas e o Estado pagar e o que eu digo e insisto é que propomos amanhã à Câmara que nós assumamos a gestão do Metro e da Carris nas mesmíssimas condições que o Estado anunciou estar disponível para ceder a gestão a privados.-----

----- Quem disse que assumia a dívida e os encargos da dívida foi o Estado. Quem disse que assumia os encargos de manutenção pesada da infraestrutura do Metro foi o Estado. Quem disse que assumia os custos com o material circulante do Metro foi o Estado. Quem disse que assumiria os encargos com o fundo de pensões dos trabalhadores foi o Estado. O que eu pergunto é por que razão o Estado está disponível para assumir esses encargos relativamente aos privados e não estaria disponível para assumir esses encargos relativamente ao Município.-----

----- O que nós dizemos é o seguinte: nós assumimos aquelas duas empresas nas mesmas condições em que o Estado se propõe entregá-las aos privados, com a vantagem de nós assegurarmos uma gestão pública e uma gestão que melhora a qualidade do serviço pela sinergia com a gestão da via, pela sinergia com a política de estacionamento e pela sinergia com a gestão do espaço público e da publicidade exterior. Portanto, nós temos vantagens relativamente aos privados e se as empresas forem entregues aos privados e não ao Município de Lisboa é só para sacrificar a qualidade do serviço à população e por preconceito ideológico quanto às entidades públicas. Isso é que é absolutamente inaceitável num Estado de direito democrático.”--

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND):**-----

----- “Os Deputados Municipais Independentes, para além de uma questão que já colocaram, gostariam de colocar outras duas, uma delas para o Senhor Vereador Jorge Máximo relativamente ao ponto de situação das obras nas piscinas do Areeiro e Olivais. Esta é, aliás, uma questão que para os “Cidadãos Por Lisboa” é bastante cara, sempre foi algo a que nós dedicámos uma especial atenção já desde 2007, altura em que fizemos pela primeira vez campanha para este órgão municipal, para a Câmara.

Em 2008 apresentámos uma proposta para colocar estas piscinas no inventário de património municipal e ao longo do anterior mandato nesta Assembleia também várias vezes referimos esta questão. Em 2014 já colocámos também esta questão ao Senhor Vereador Jorge Máximo, na Quinta Comissão, que na altura estava precisamente a fazer um ponto de situação.-----

----- Era importante para nós saber este ponto de situação das piscinas do Areeiro e Olivais. Aliás, juntaríamos aqui a do Campo Grande. Temos mais curiosidade de saber as outras duas, porque sabemos que estão num estado já relativamente avançado, uma até mais do que a outra, mas queremos saber quando estariam prontas para inaugurar. Já agora incluímos a referência à do Campo Grande, até porque todas elas são de consagrados arquitetos do século XX, Alberto José Pessoa, Francisco Keil do Amaral e Aníbal Barros da Fonseca e Eduardo Paiva Lopes, respetivamente o Campo Grande, Areeiro e Olivais. Para além de equipamentos públicos, são também memórias de outros edifícios que para nós eram referências. -----

----- Gostaríamos também de colocar uma questão à Vereadora Paula Marques no âmbito da habitação e desenvolvimento local, que na realidade são duas questões. Uma delas é saber que na sequência da aprovação por esta Assembleia Municipal de uma recomendação sobre o processo de requalificação do Bairro Padre Cruz, que aliás foi apresentada pela PCP e a qual votámos a favor, saber também o ponto de situação deste processo que como sabemos vem também referido no programa de governo da cidade. -----

----- Por fim, também para a Vereadora Paula Marques, referir que tivemos conhecimento que no passado dia 7 de novembro aconteceu nesta Assembleia Municipal um debate onde esteve também a Senhora Presidente da Assembleia e o Vereador Manuel Salgado, uma conferência sobre habitação, arrendamento e propriedade urbana, onde tivemos conhecimento através do Ministro do Ambiente e Ordenamento do Território, Jorge Moreira da Silva, que foi aprovada recentemente na Assembleia da República uma Lei do Arrendamento Social, tendo alterado esta relação que temos e que pedimos ao regime de renda apoiada. -----

----- Queríamos saber, com todas estas alterações, como é que vão afetar os arrendatários de Lisboa e particularmente nos bairros municipais e, acima de tudo, queríamos saber qual é a posição da CML sobre este assunto.” -----

----- **O Senhor Vereador Jorge Máximo:** -----

----- “Ainda bem que me faz esta pergunta, porque de facto este é um tema que finalmente está prestes a chegar ao fim. Aproveito para lhe dizer que as inscrições já estão abertas. Se estiver muito interessado, nos Olivais poderá inscrever-se. No Areeiro ainda não estão porque a equipa de marketing da piscina tem um plano, são empresas concessionárias diferentes e têm estratégias de negócios diferentes e eu respeitarei isso. -----

----- A piscina dos Olivais estará pronta muito em breve. A informação que tenho é que ainda esteja pronta no final deste mês, mas depois há toda a questão de equipamentos, etc., que vai demorar mais uns dias e isso tem a ver já com a parte do concessionário, não tem a ver com a parte do empreiteiro. -----

----- De qualquer das formas, ainda vamos fazer uma intervenção na Avenida de Berlim, e esse é um tema que está a ser visto com a nossa equipa da mobilidade, para evitar eventuais riscos nas acessibilidades ao equipamento, nomeadamente para permitir a desaceleração das pessoas que vão entrar para o equipamento. Isso é capaz de não estar pronto logo no início da concessão, mas brevemente esse equipamento estará disponível e seguramente em janeiro já estará a trabalhar com bastantes clientes porque, segundo ouvi dizer, já está com uma grande taxa de procura.-----

----- Relativamente à piscina do Areiro, também está muito próxima de estar acabada a obra. Há aqui questões mais de exteriores do que de interiores. Nos interiores a parte que falta é a parte que será executada pelo próprio concessionário, porque há alguns equipamentos que não incluiu na empreitada. Quer ser ele a montá-los, porque isso depende também da maneira como ele gere aqueles equipamentos. Estamos a falar da parte dos spas e dos chãos, que será ele próprio a fazer e isso irá exigir mais ou menos um mês.-----

----- Depois querem lançar uma abordagem de mercado e disseram que em princípio só irão abrir em março de 2015. -----

----- Entretanto nós, em articulação com a Junta de Freguesia do Areiro, iremos trabalhar no sentido da requalificação dos espaços exteriores, para que quando formalmente abrir o equipamento possa estar tudo já coerentemente resolvido.”-----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques:** -----

----- “Dizer que em relação ao processo de requalificação do Bairro Padre Cruz nós reunimos com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carnide e com a Associação de Moradores na semana passada, preparando aquilo que acontecerá amanhã na reunião mensal do Grupo Comunitário do Bairro Padre Cruz e onde apresentaremos, dando seguimento às intervenções e à recomendação que foi votada aqui, o processo de requalificação e a próxima fase já de intervenção, apresentando à população, depois de concertado com a Junta de Freguesia e os restantes parceiros, a primeira fase de construção dos novos fogos de substituição da zona de alvenaria.-----

----- Amanhã no Grupo Comunitário, que é aberto, será apresentado à população e aos parceiros que operam dentro daquilo que é o GABIP, depois de concertado com a Associação de Moradores e com a Junta de Freguesia, o cronograma desta primeira fase já em 2015, de edificação da primeira pedra dos novos fogos de substituição da alvenaria. -----

----- Quanto à questão do regime de arrendamento social, na verdade a CML foi solicitada através da Associação Nacional de Municípios Portugueses para se pronunciar sobre o Projeto de Lei que agora foi aprovado. Nós também soubemos aqui, na passada sexta-feira, que este Projeto de Lei que está à espera da promulgação do Senhor Presidente da República ainda não é aquilo que nós entendemos que seria necessário, que é o regime de arrendamento social mais alargado, mas pretende fazer no fundo a revogação da Lei 21, que era o processo transitório até aparecer um regime de arrendamento social, e revogar o Decreto-Lei 166/93, chamado “Renda Apoiada”.--

----- Neste contexto nós fomos chamados a pronunciar, pronunciamos, eu disponibilizei-me para ir à Assembleia da República naquilo que teve a ver com o

debate sobre a questão, para ser ouvida se assim entendessem as forças políticas. Sei que houve forças políticas que sinalizaram isso à Assembleia da República, não foi acolhida a nossa ida enquanto Câmara Municipal e enquanto uma das maiores senhorias de habitação pública no País. Tenho muita pena e tenho pena de também ter só sabido na passada sexta-feira da aprovação da Lei. -----

----- O próximo passo é saber que impacto é que isto tem do ponto de vista do nosso quadro regulamentar, que temos naturalmente que alterar. Já pretendíamos fazê-lo para adequar melhor depois destes anos de gestão à realidade em que agora vivemos, mas o próximo passo do ponto de vista da Câmara é convocar o Conselho Municipal de Habitação e fazer essa discussão com os parceiros. -----

----- Volto a dizer que tenho muita pena que a Câmara Municipal de Lisboa não tenha sido ouvida nesta discussão mais ampla.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Oliveira Dias (PS):** -----

----- “Há cerca de um ano, já durante este mandato, houve algumas avarias em semáforos, ou semáforos apagados ou semáforos intermitentes. Nessa altura a explicação que foi dada foi que haveria um problema na transição entre empresas relativamente à manutenção desses mesmos semáforos e algum conflito existente quanto ao fornecimento das peças necessárias. Portanto, a questão que eu gostava de ver respondida era como é que tem decorrido desde então, nomeadamente neste ano de 2014, a execução do contrato de manutenção, visto que aparentemente, tanto quanto me é dado observar, os problemas com os semáforos terão diminuído. -----

----- Ainda relativamente a este assunto, gostava também de saber se já existe algum *feed-back* relativamente à linha disponibilizada aos munícipes sobre a comunicação de avarias nos semáforos.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado:** -----

----- “Na ausência do Senhor Presidente, tenho uma informação que é a seguinte: há um contrato de manutenção dos semáforos que foi celebrado com a Siemens, houve dificuldades de início, este contrato foi assinado em 29 de julho de 2003 e consta deste contrato a obrigação da Siemens em fazer a reabilitação dos equipamentos semaforicos que são objeto de derrube, a deteção permanente de avarias de funcionamento e a sua reparação, a recuperação de equipamentos danificados, a reparação de avarias nos interfaces com o sistema informático GERTRUDE, séries e em paralelo, a execução e reparação de infraestruturas e espiras de deteção, que são as espiras dos pavimentos, e criação de um número verde para semáforos avariados. -----

----- Das cerca de 500 intervenções registadas por mês, verifica-se que existe globalmente um aumento do nível de cumprimento. O cumprimento da Siemens tem vindo a melhorar mês a mês, sendo este mais evidente a partir do mês de janeiro de 2014. Neste momento a situação está-se a aproximar daquilo que está estabelecido no contrato.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP):**-----

----- “No primeiro semestre deste ano o Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa atingiu um ponto de pré-ruptura global, foram identificados graves problemas estruturais de instalações degradadas, da falta de novos quartéis, da falta de

equipamento pesado, a falta de equipamento de proteção e fardamento, bem como a falta de recursos humanos, entre outros.-----

----- Esta crise foi parcialmente ultrapassada com o acordo alcançado por representantes sindicais, Bombeiros e Município.-----

----- Por decisão da Câmara e da Assembleia Municipal, com a clara e frontal oposição do PCP, o quartel do Colombo foi posto à venda. Um negócio totalmente desfavorável ao Município, aguarda comprador.-----

----- Sabendo que este quartel alberga o valioso espólio do Museu do Bombeiro, pergunta-se: como vai ser assegurada a valorização e conservação deste espólio? Que destino está previsto para este espólio? Quando e onde será concretizado?-----

----- Não podendo regimentalmente apresentar uma pergunta emergente sobre a intervenção intempestiva da Polícia Municipal no estacionamento da Praça António Sardinha, vou entregar à Mesa um requerimento sobre o assunto:”-----

----- (O Requerimento sobre o estacionamento na Praça António Sardinha, apresentado pelo PCP, fica anexo a esta ata como anexo 1 e dela faz parte integrante)--

----- **O Senhor Vereador Carlos Castro:**-----

----- “Em primeiro lugar penso que devo informar o Senhor Deputado Municipal do seguinte:-----

----- No início deste mandato nós tivemos o cuidado de assumir um encontro regular com os dois sindicatos representativos do Regimento de Sapadores Bombeiros e fazemo-lo de forma regular, porque sabemos da importância das forças sindicais no contributo de propostas de valorização das condições dos trabalhadores.-----

----- Portanto, a questão do parcialmente ultrapassadas, não são parcialmente Senhor Deputado Municipal. Nós estamos a trabalhar em conjunto com todos e como poderá certamente perguntar às duas forças sindicais, saberá de bem como estamos a trabalhar bem com os dois sindicatos. Sabemos que não vivemos no melhor dos mundos, mas sejamos realistas, não vamos aqui pedir o impossível. Estamos a trabalhar no sentido de melhorar as condições.-----

----- Como já respondi ao Senhor Deputado Municipal do MPT, como já tive possibilidade de responder à Senhora Deputada Municipal Independente que aludiu à questão do Regimento, nós estamos a trabalhar.-----

----- Relativamente à questão do espólio do Museu, como Vossa Excelência sabe é um Museu com um espólio muito próprio e de grande valor e naturalmente que nós não vamos desconsiderar essa parte do Regimento de Sapadores Bombeiros. Pelo contrário, aproveito e informo que ainda hoje de manhã, por boa iniciativa da equipa que trabalha o Museu, realizou-se no quartel de Santo Amaro, em Alcântara, um conjunto de iniciativas com crianças das escolas primárias, porque há um esforço e uma necessidade efetivamente de aproximar o Museu das pessoas.-----

----- Nós de facto temos um grande património e temos é um problema, é que o Museu não pode estar fechado dentro de quatro paredes e, portanto, temos que procurar captar mais interesses e inovar na forma como trabalhamos o Museu. Portanto, também estou a trabalhar em conjunto com a Vereadora da Cultura no

sentido de procurarmos encontrar as melhores soluções de valorização deste património da Cidade de Lisboa. -----

----- Senhor Deputado Municipal, não há soluções mágicas, nem há aqui uma varinha que nos garanta as soluções para todos... -----

----- Permita que lhe responda: olhe que não, olhe que não. Estamos a trabalhar no bom sentido e como Vossa Excelência terá oportunidade de saber, como os outros elementos do PCP, estamos a fazer um bom trabalho. Estamos a valorizar os homens e as mulheres do RSB, estamos a valorizar o nosso património e estamos a corresponder àquilo que são as necessidades e sobretudo às aspirações, porque não sei se o Senhor Deputado Municipal sabe, mas temos os vice-campeões do mundo de desencarceramento rápido e temos a equipa no mundo com melhor evolução do ponto de vista de trabalho. -----

----- Isto não é fenómeno do acaso, é fenómeno de trabalho, dedicação e empenho e naturalmente que continuarei a contar com Vossa Excelência.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS):** -----

----- “O tema que aqui nos traz é sobre o Oceanário de Lisboa. Na reunião da Assembleia Municipal de Lisboa de 29 de abril de 2014 foram aprovadas duas moções subscritas pelos grupos municipais do PNP e do PS, que se posicionaram ambas contra a intenção de privatização do Oceanário. -----

----- Como sabemos, tal ideia surtiu da intenção revelada pelo atual Governo, formado pela coligação PSD/CDS-PP, de incluir a privatização do Oceanário de Lisboa no seu programa de consolidação orçamental para 2015. Esta intenção, mais do que uma proclamação, encontra-se expressa na página 39 do documento de estratégia orçamental para o período 2014/2018 e vem também confirmada na página 83 do relatório de execução do Orçamento de Estado para 2015, onde se prevê a obtenção do valor de 40 milhões de euros com a concessão do Oceanário de Lisboa. -----

----- Recordamos ainda que a Junta de Freguesia do Parque das Nações promoveu uma petição pública para uma iniciativa legislativa que integre o Oceanário de Lisboa no domínio público cultural e que nos considerandos manifesta oposição à intenção governamental. -----

----- Recordamos também que o Município de Lisboa assumiu no mandato passado a gestão dos serviços de gestão urbana da área do Parque das Nações, outrora prestados pelo grupo empresarial público que ainda gere o Oceanário de Lisboa. -----

----- Perante o interesse reiterado do Governo na alienação do controle público sobre um equipamento vital para o turismo, a ciência, a educação e a cultura de Lisboa e de Portugal, questiona-se que iniciativas a CML promoveu ou poderá promover para zelar pela manutenção deste equipamento na esfera de controle público. -----

----- Questiona-se ainda se a CML equaciona participar numa proposta alternativa de gestão pública, eventualmente municipal, para o Oceanário de Lisboa.” -----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro:** -----

----- “Este é um tema para o qual a Câmara Municipal está completamente no escuro e para o qual o Governo não tem prestado qualquer tipo de informação ao Município de Lisboa sobre as suas intenções. -----

----- É um equipamento determinante na cidade, também para o turismo da cidade, e a Câmara Municipal vê com enorme preocupação estas notícias, para as quais não tem qualquer tipo de esclarecimento e que têm um impacto estrutural naquilo que é o projeto de cidade e nomeadamente da Freguesia do Parque das Nações. -----

----- Obviamente que a Câmara Municipal tem a preocupação de instar o Governo para tentar perceber qual é o objetivo do Governo. Esperamos sinceramente que não seja aquele que tem sido veiculado na comunicação social.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Lúcia Gomes (PCP):** -----

----- “Antes de mais, gostaria só de lamentar o facto do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, além de ainda não ter percebido que não existem candidatos a Primeiro-Ministro no nosso País, tenta também agora de alguma forma condicionar os trabalhos desta Assembleia Municipal, mediante a tentativa de não resposta pelos seus Vereadores, ainda que os Vereadores o queiram fazer, e lamentavelmente com a aprovação da Mesa da Assembleia. Não podia deixar de dizer isto. -----

----- Relativamente ao tema que nos traz aqui, venho questionar a Câmara Municipal relativamente ao investimento que será feito no MUDE. Foi anunciada pela comunicação social a aprovação de uma proposta na Câmara de cerca de dez milhões de euros de investimento neste museu. -----

----- Sem descurar e sem deixar de sublinhar a importância deste museu para a Cidade de Lisboa e da coleção que ali está, não podemos deixar de colocar aqui várias preocupações, nomeadamente uma que foi deixada na Câmara e à comunicação social pelo próprio colecionados das peças que estão em exposição no MUDE relativamente à gestão contabilística e financeira, tendo solicitado uma auditoria a este museu. Dessa auditoria foi comprovado, no relatório final, a existência de irregularidades no processo de abertura, funcionamento e encerramento de uma livraria que esteve instalada no MUDE entre maio e dezembro de 2009, verificando-se a inexistência de suporte legal da relação contratual entre a livraria e a Câmara e de suporte contabilístico comprovativo da receita arrecadada. Também da documentação comprovativa relativamente ao fecho de contas da livraria. -----

----- Era importante saber o que é que a Câmara Municipal fez relativamente ao resultado desta auditoria. -----

----- Também li com atenção o projeto que consta da proposta 410/2014 e é possível ver que em todo o projeto de intervenção deste museu não se trata de obras urgentes, não se trata de obras de restauração, nem de obras de requalificação. Trata-se de obras de melhoria, o que naturalmente é válido, mas que vão manter a ideia da ruína como património estético e, portanto, se alguns pensam que o fato do museu não ter teto é uma preocupação, não é. É de fato uma opção estética.-----

----- Nas propostas consta a construção de um restaurante panorâmico que será entregue a privados, consta a construção de uma loja do museu já epitetada de “FNAC do Design” e que será entregue a privados. Há também a possibilidade do museu passar agora a ser pago, coisa que não é e foram declarações da própria diretora do museu à comunicação social. -----

----- Consta também do projeto a construção na divisão dos vários pisos de salas, para serem não disponibilizadas à população, mas arrendadas. -----

----- Portanto, o que eu questiono são 10 milhões de euros de intervenção no museu que vai passar a ser pago, com espaços concessionados a privados, com salas que ao invés de serem disponibilizadas gratuitamente pelo Município a grupos de designers que queiram ali desenvolver a sua atividade... aliás, também tenho algumas dúvidas relativamente ao projeto de sinalética, projeto de loja e projeto de área educativa, que na própria proposta não estão sequer orçamentados, mas está referido que serão projetos a contratar após convite a designers nacionais de reconhecido mérito. Isto também pode levantar algumas preocupações quanto à transparência deste processo.---

----- Quando falámos aqui já nesta sessão e as variadas perguntas que têm sido dirigidas pelo PCP à CML, todas sem resposta, sobre o património arquitetónico, nomeadamente o Pavilhão Carlos Lopes, o restaurante panorâmico de Monsanto que está neste momento absolutamente degradado, com os painéis de elevado valor histórico a serem destruídos e que já sabemos que vai existir um projeto mas nada foi dito acerca desse projeto, gostaríamos de saber porque é que a opção é de 10 milhões de euros, se vão ser integralmente financiados pela Câmara, considerando que o MUDE está na Baixa Pombalina e a Baixa Pombalina vai ser objeto de uma candidatura a património mundial da UNESCO e poderiam ser aproveitados fundos europeus. -----

----- Também gostaríamos de saber porquê a opção por este museu e não, por exemplo, pelo Museu dos Bombeiros que ainda agora foi aqui falado pelo meu camarada Silva Santos, porque não a recuperação de salas de cinema que estão em elevado estado de degradação, porque não a recuperação dos edifícios da Colina de Santana, que aliás foi aqui tão falada e que se está a falar no encerramento de hospitais precisamente porque aqueles edifícios precisam de recuperação urbana e a Câmara diz que não tem dinheiro. -----

----- Por último duas questões. Uma era perguntar ao Senhor Vice-Presidente, que também não está aqui, se os 22 Contratos Emprego Inserção que a Câmara tem são para trabalhadores que ocupam postos efetivos e necessidades permanentes. -----

----- Queria também deixar à Senhora Presidente da Assembleia Municipal um requerimento sobre o futuro dos 330 trabalhadores da Direção Municipal de Ambiente Urbano da CML.”-----

----- (O Requerimento sobre trabalhadores da DMAU, apresentado pelo PCP, fica anexo a esta ata como anexo 2 e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado:**-----

----- “Eu vou só responder sobre a parte das obras do MUDE, porque acompanhei o projeto desde o princípio. Eu não sei se a Senhora Deputada Municipal já visitou o MUDE, mas deve ter reparado que é um edifício com uma estrutura em betão armado, que todas as paredes que consolidavam aquele edifício foram retiradas e, portanto, se o edifício não é intervencionado rapidamente tem de facto uma situação de risco.-----

----- Estes 10 milhões de obra que é necessária fazer é porque o edifício tem 12 mil metros quadrados de construção, o que é uma área enorme e aquilo que está previsto

no projeto que foi feito é o reforço estrutural, que é talvez a verba mais significativa, é a instalação de dois elevadores, é todo o sistema de casas de banho que têm que ser feitas, o sistema de segurança que não existe, o sistema de ar condicionado. Tudo isto tem que ser feito e é exatamente esse o custo.-----

----- A loja e o restaurante não ficam acabados, ficam em tosco. Não faz sentido a Câmara Municipal explorar um restaurante, não está dentro das atribuições da Câmara, e o mesmo em relação a uma loja que não sei exatamente de que tipo. -----

----- Quanto à exploração futura do MUDE, a Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto responderá certamente muito melhor e com mais propriedade do que eu. Do ponto de vista da obra, aquela obra é urgente, porque se temos o azar de ter um tremor de terra em Lisboa, aquele é um dos primeiros edifícios a cair.”-----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto:**-----

----- “Eu queria responder à questão do inquérito que também foi levantada e dizer que esse inquérito de facto existiu. Foram levantadas as questões relacionadas com a livraria, mas todas as questões levantadas foram esclarecidas e o inquérito foi arquivado, creio que já em 2012 ou em 2013. Já nem foi este ano, foi há bastante mais tempo e está disponível para consulta.-----

----- Em relação à gestão futura do MUDE, ainda não está completamente definido o modelo de gestão, sendo que aquilo que é proposto agora no programa funcional é uma primeira proposta que ainda vai ser afinada e que de alguma forma corresponde às práticas atuais de gestão de equipamentos culturais, na medida em que é sempre necessário garantir a sua sustentabilidade, que se faz em parte pelo financiamento público, também à exploração, mas também com as receitas próprias que o museu pode gerar, nomeadamente da loja que possa vir a ter.”-----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro:**-----

----- “Respondendo às questões do Contratos de Emprego Inserção, dizer que os trabalhadores que têm esses contratos não têm, ao contrário do que foi aqui insinuado há pouco, o mesmo horário nem as mesmas tarefas de um trabalhador normal. É essa a orientação que têm os serviços.-----

----- Só para deixar bem claro, muitos dos recibos verdes que a Câmara agora contratou já foram Contratos de Emprego Inserção e a Câmara tem um concurso aberto para 150 vagas e quem é CEI tem uma vantagem pelo facto de ganhar experiência no trabalho.”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- Chegámos ao fim deste debate. A Mesa informa que na próxima semana haverá uma sessão dedicada às Freguesias. Eu penso que só recebi de quatro ou cinco grupos municipais as perguntas, dos outros não recebi e vou verificar se não seu entrada ou houve algum lapso, mas agradecia que conferissem com os vossos gabinetes. -----

----- Informar que na segunda-feira teremos Conferência de Representantes para preparar a discussão dos instrumentos previsionais para 2015.-----

----- Informar que já tenho na minha posse a proposta de Orçamento, de Grandes Opções do Plano, dos regulamentos das taxas e da política fiscal e que irei amanhã proceder à distribuição da proposta da política fiscal, que é a mais urgente. Entregarei

as outras até ao fim da semana ou na segunda-feira, em Conferência de Representantes, com o calendário previsível da discussão de toda esta matéria.” -----

----- Agradeceu a presença dos Senhores Deputados Municipais e deu por encerrada a reunião. -----

----- Eram dezoito horas e quarenta minutos. -----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014. -----

-----A PRESIDENTE -----